

SERGIO ROBERTO ZIMMERMANN

**AS FORMAS DE CAPTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS
RECURSOS GERIDOS PELAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
CURITIBA, 2006**

**Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.**

**Orientadora: Profª. MSc. Ana Lúcia Jansen
de Mello de Santana**

**CURITIBA
2006**

TERMO DE APROVAÇÃO

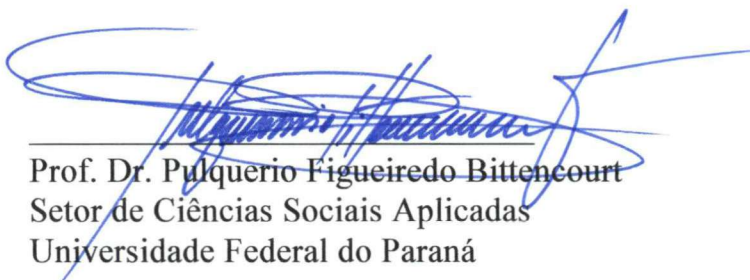
SERGIO ROBERTO ZIMMERMANN

AS FORMAS DE CAPTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS GERIDOS PELAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA, 2006

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof^a. MSc. Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Pulquerio Figueiredo Bittencourt
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Leonardo Barros Jianoti
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	III
LISTA DE SIGLAS	IV
1 INTRODUÇÃO	1
2 AS OSFL COMO FORMA ALTERNATIVA DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	3
2.1 LIMITES DA PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA.....	6
2.1.1 O Estado, os Déficits Fiscais e a Inflação	7
2.1.3 O Estado e a Oferta de Bens Públicos	10
2.2 O ALCANCE DOS MECANISMOS DE MERCADO	12
2.2.1 O Mercado e a Alocação Eficiente de Recursos	12
2.2.2 O Mercado e a Equidade Distributiva.....	15
2.3 O PAPEL DAS OSFL NA SOCIEDADE	16
2.3.1 Definindo o Terceiro Setor e suas Organizações	17
2.3.2 As OSFL como Mecanismos Alocadores de Recursos para Fins Sociais	20
3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA E O TRABALHO DAS OSFL...	23
3.1 O MUNICÍPIO E OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23
3.1.1 Caracterização dos Serviços da FAS	25
3.1.2 Principais Programas de Assistência Social Geridos pela FAS	31
3.2 OSFL ATUANTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA	36
3.2.1 Caracterização Geral das Atividades das OSFL em Curitiba	36
3.2.2 Caracterização das OSFL Entrevistadas	41
4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS OSFL EM CURITIBA.....	52
4.1 OBSERVAÇÕES PRELIMINARES	52
4.2 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	53
4.3 O MONITORAMENTO DOS RECURSOS	57
4.4 A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS	59
4.5 EXPERIÊNCIA DE UM CAPTADOR DE RECURSOS INTERNACIONAIS ..	62
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – CURVA DE CONTRATO DOS CONSUMIDORES A E B	15
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA AMAS, 2006	50
GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL POR TIPO DE ATIVIDADE, CURITIBA, 2006	39
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR TIPO DE ATIVIDADE, CURITIBA, 2006	40
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À SAÚDE, POR TIPO DE ATENDIMENTO, CURITIBA, 2006	40
QUADRO 1 – PROJETOS DA APH, CURITIBA, 2006	44
TABELA 1 – VANTAGENS NA LIVRE COMERCIALIZAÇÃO DE BENS	14
TABELA 2 – DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL PELA FAS, 2003/2006 ¹	23
TABELA 3 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E VÍNCULO TRABALHISTA DA APH, CURITIBA, 2006	43

LISTA DE SIGLAS

ACRIDAS	–	Associação Cristã de Assistência Social
ADVB	–	Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
AILC	–	Associação Internacional Lions Clubes
AMAS	–	Associação Menonita de Assistência Social
APH	–	Associação Paranaense dos Hemofílicos
CAV	–	Centro de Ação Voluntária
CATI	–	Centro de Atividade para Idosos
COMTIBA	–	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
FAO	–	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
FAS	–	Fundação de Assistência Social
FAD	–	Fundo de Apoio ao Deficiente
FCC	–	Fundação Cultural de Curitiba
FMAD	–	Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente
FMAS	–	Fundo Municipal de Assistência Social
FMCA	–	Fundo Municipal para Criança e o Adolescente
IASP	–	Instituto de Ação Social do Paraná
IEB	–	Irmandade Evangélica Betânia
IMAP	–	Instituto Municipal de Administração Pública
IPPUC	–	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IR	–	Imposto de Renda
IRES	–	Instituto ADVB de Responsabilidade Social
OEA	–	Organização dos Estados Americanos
ONU	–	Organização das Nações Unidas
ONG	–	Organização Não-Governamental
OSCIP	–	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL	–	Organização Sem Fins Lucrativos
PETI	–	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL	–	Projeto de Lei
SAV	–	Serviço de Atendimento a Vitimizados
SME	–	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	–	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMS	–	Secretaria Municipal de Saúde
TMS	–	Taxa Marginal de Substituição
UNESCO	–	<i>United Nation of Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
URBS	–	Urbanização de Curitiba S/A

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação das OSFL (Organização Sem Fins Lucrativos) atuantes na área de assistência social em Curitiba nas formas de captação e monitoramento de recursos e avaliação dos resultados dos seus projetos, em 2006. Nesta cidade a assistência social é desenvolvida principalmente pela FAS, órgão vinculado à Prefeitura, e por OSFL que oferecem serviços muitas vezes em parceria com a própria FAS. Assim, para alcançar o objetivo proposto por este trabalho a investigação foi conduzida por meio da análise teórica e empírica. Por um lado, a discussão teórica evidencia a importância das OSFL na sociedade como gestoras e executoras de recursos com finalidades sociais, sobretudo em vista da crescente retirada do Estado nesta área e dos resultados desiguais promovidos pela regulação via mercado. Por outro lado, a investigação empírica, conduzida por meio de entrevistas realizadas com cinco organizações que alocam recursos em projetos sociais em Curitiba, mostra que a atuação das OSFL no que se refere à captação de recursos dá sinais crescentes de profissionalização desta etapa. Todavia, no que se refere ao monitoramento dos recursos e à avaliação dos resultados dos projetos ainda requer desenvolvimento das OSFL em direção à profissionalização destas etapas. Além disso, ficou evidente a necessidade de modificar o padrão de monitoramento dos recursos e de avaliação dos resultados dos projetos por parte do setor público governamental, o qual se dá ainda na forma tradicional, para o tipo de avaliação previsto nos Termos de Parceria. Nestes Termos de Parceria há o estabelecimento de metas monitoráveis pelo órgão contratante, segundo as quais se define a continuidade dos repasses previstos no cronograma de execução permitindo correções de procedimentos na medida em que o projeto está sendo desenvolvido.

Palavras-chave: OSFL, captação de recursos, monitoramento, avaliação, projetos.

1 INTRODUÇÃO

A redução do papel do Estado na economia e o conseqüente crescimento da participação das estruturas privadas na alocação de recursos descortinam novas e velhas formas de organização da sociedade civil: as associações civis sem fins lucrativos e as fundações privadas sem fins lucrativos, dentre elas as chamadas organizações não governamentais (ONGs). Estas trabalham com o intuito de complementar a oferta de bens e serviços de caráter público, os quais o Estado tem se mostrado ineficiente em ofertar e as empresas são inábeis em organizar, já que seu negócio é lucrativo. As economias nacionais têm zelado pelo ajuste fiscal desde as últimas experiências com alta inflação e, por esse motivo, o Estado tem tido cada vez mais dificuldades em organizar o emprego dos recursos disponíveis dentre as inúmeras demandas entre elas as que devem suprir as necessidades sociais. As empresas, por outro lado, embora eficientes na alocação de recursos, não são capazes de lidar com o problema da equidade distributiva. Assim, a literatura especializada tem apontado as organizações do Terceiro setor (organizações sem fins lucrativos – OSFL) como instrumentos capazes de preencher as lacunas que dizem respeito às atividades de caráter social.

Para cumprir sua missão institucional, as OSFL devem contar com recursos. Algumas contam com patrimônio destinado a este fim, é o caso das fundações privadas. Outras possuem recursos oriundos da contribuição dos associados. Em geral, no entanto, as OSFL precisam buscar recursos em fontes diversas, privadas e públicas. Dentre os recursos privados podemos elencar as doações de pessoas físicas (famílias) e de empresas, além de patrocínio e investimento social privado (apoio sistemático e orçamentário de empresas em projetos sociais e/ou em instituições sociais), nacional e internacional. Podem as OSFL, ainda, conquistar recursos de organismos nacionais e internacionais, como ONGs globais, fundações *grantmakers etc.* Dentre os recursos públicos, as OSFL podem captar por meio de benefícios fiscais, tributários e

previdenciários; por meio de convênios ou termos de parceria; por meio de dotações orçamentárias, dentre outras formas.

As informações sobre o montante global de recursos financeiros destinados às OSFL no Brasil, tanto de fontes privadas e públicas quanto de origem nacional e internacional são escassas. O Instituto ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) de Responsabilidade Social (IRES) realiza anualmente pesquisa sobre a responsabilidade social das empresas. Os resultados para o ano de 2004 mostram que o investimento social alocado para os projetos sociais voltados para o ambiente interno e externo à empresa foi de aproximadamente R\$ 332.700,00/ano, cerca de 14% inferior com relação a 2003. (IRES, 2005). Com relação aos recursos públicos destinados às OSFL estima-se que 55% das ONGs no Brasil tenham como receita principal fundos públicos. Em 2003, as transferências diretas da União Federal para o Terceiro Setor foram da ordem de R\$ 1,3 bilhão (OLIVEIRA, 2004).

Com base nestas observações o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação das OSFL em Curitiba nas suas formas de captação e monitoramento de recursos e avaliação dos resultados dos projetos na área de assistência social, em 2006. Pretende-se avaliar em que medida estas organizações foram capazes de aprender com suas experiências e melhorar os mecanismos de captação, monitoramento e avaliação dos recursos doados, considerando a concorrência mundial por estes valores e as exigências dos doadores.

Para atender a esse objetivo, a monografia está organizada da seguinte forma: o capítulo 2 apresenta o referencial teórico que embasa o estudo; o capítulo 3 descreve a forma de atuação do Município na prestação de serviços sociais, assim como, as OSFL que atuam nesta área em Curitiba; e, finalmente, o capítulo 4 discute as principais formas e dificuldades na captação e monitoramento dos recursos e na avaliação dos resultados dos projetos.

2 AS OSFL COMO FORMA ALTERNATIVA DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Neste capítulo será discutido por que e em que medida as OSFL constituem-se instituições capazes de complementar as lacunas deixadas pelo Estado, por um lado, e pelo mercado, por outro, no que diz respeito ao atendimento de necessidades sociais. As OSFL – organizações que se incluem num universo maior denominado “Terceiro Setor”¹ – se caracterizam por sua capacidade de mobilizar, captar e gerir recursos financeiros, que pressupõe o uso de metodologia adequada de monitoramento e avaliação dos recursos doados para projetos sociais.

Existem dois pólos opostos no debate sobre a importância das organizações do Terceiro Setor como fontes alternativas e eficientes de promoção de bens e serviços sociais à comunidade. Em face disso, apresentaremos as visões contrastantes de dois autores sobre o tema: Carlos Montaña, o qual empreende uma crítica do conceito e validade do Terceiro Setor e Amartya Sen, cujas idéias de desenvolvimento com liberdade contemplam o Terceiro Setor como elemento importante na articulação entre Estado e Sociedade.

MONTAÑO (2005) por meio de uma análise crítica do conceito de Terceiro Setor aponta as limitações destas organizações como forma de alocação de recursos para fins sociais e como forma de solução das necessidades sociais. Este autor, por fazer parte de um grupo de estudiosos que almeja a superação da ordem capitalista não enxerga as OSFL como instrumento de melhoria da sociedade no longo prazo. Por outro lado, SEN (2000) que advoga o desenvolvimento do capitalismo, mas não sua superação, atribui papel fundamental às OSFL dentro da sociedade.

MONTAÑO (2005) constrói seu argumento partindo da hipótese de que a resposta da classe burguesa à crise do capitalismo se reflete no projeto neoliberal de reestruturação social que visa, naturalmente, o restabelecimento da lucratividade do

¹ Este termo nasce da concepção de que a sociedade está dividida em três setores: (1º) Estado; (2º) empresas privadas; e (3º) organizações de caráter privado com finalidades sociais. Na seção três este conceito é discutido pormenorizadamente.

capital por meio da reconstituição do mercado e da redução ou mesmo eliminação da intervenção estatal em diversas áreas e atividades. Segundo o autor, este projeto neoliberal compõe-se no seguinte tripé: a) *a reestruturação produtiva*, que submete o trabalhador a novas formas de exploração e menor proteção, gerando precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego; b) *a (contra-) reforma do Estado*, cujas reformas em voga, principalmente as da previdência e da legislação trabalhista, tem o objetivo de retirar do Estado e do Capital a responsabilidade de dar respostas à “questão social”; c) *a transformação ideológica da sociedade civil em “terceiro setor”*, que tenta fazer a sociedade civil assumir harmonicamente as respostas à “questão social” abandonadas pelo Estado e desde sempre ignoradas pelo Capital.

É com base nesta visão que MONTAÑO (2005) critica o conceito de Terceiro Setor argumentando que ele é uma “*denominação equivocada* para designar um *fenômeno real*.” (p. 184). Para o autor o que está em jogo neste projeto neoliberal é a transmissão das responsabilidades, inerentes à intervenção e respostas à “questão social”, do Estado e do Capital para a sociedade civil:

No padrão de resposta social típico do *Welfare State*, a modalidade setorialista do trato às refrações da “questão social” não esconde o seu fundamento de ser constitutivo de direito de cidadania e de universalidade do serviço, sendo tal resposta de responsabilidade do conjunto da sociedade (“solidariedade social”), por intermédio do Estado. No padrão neoliberal de resposta às demandas sociais a modalidade de intervenção é setorialista, mas também localizada, e seu fundamento é a focalização e desconcentração das respostas (cf. Laurell, 1995), sustentadas na auto-ajuda e na ajuda mútua (“solidariedade local”), sendo assim de responsabilidade dos próprios portadores de necessidades, de seus pares e de suas localidades a resposta às suas demandas. (MONTAÑO, 2005, p. 185).

Portanto, para o autor, o conceito equivocado de “Terceiro Setor” não deveria referir-se às organizações em determinado setor, mas sim a uma *função social* de resposta às demandas sociais não mais atendidas pelo Estado. Assim, para Montaña, o debate encobre o fenômeno que deveria ser entendido como inserido num projeto de reestruturação social, pautado nos e funcional aos princípios neoliberais.

Contudo, Montaña não nega a importância dos resultados obtidos com a ação de organizações como o *Green Peace* (na defesa da biodiversidade e da vida) ou da

Amnesty International (na luta pelos direitos humanos) entre outras, mas adverte para o seu caráter imediatista e não-transformador da sociedade. “O projeto neoliberal quer uma sociedade dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da ‘preocupação’ e ‘ocupação’ (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto-) respostas imediatas às necessidades localizadas.” (MONTAÑO, 2005, p. 260).

Com base nesta linha de argumentação apresentada fica claro que MONTAÑO (2005) desqualifica as organizações do Terceiro Setor como novas formas de soluções para os problemas sociais ou como formas de completar as lacunas deixadas pelo Estado e pelas empresas privadas, pois acredita que o desenvolvimento da sociedade só pode ser conduzido por meio das lutas sociais e da superação do capitalismo como modo de produção. Todavia, estes autores que propõe a substituição do capitalismo por outro modo de produção, em geral o socialismo, não apresentam projetos reais, sólidos e consistentes que demonstrem como deveria funcionar este novo modo de produção.

Portanto, a “esquerda radical” apresenta a crítica ao capitalismo, mas não oferece algo concreto, de viabilidade prática para colocar em seu lugar. Além disso, as experiências do socialismo real na ex-União Soviética demonstraram igualmente a ineficiência deste modo de produção para responder às “questões sociais”. Para verificar isto, basta perguntar para qualquer alemão ou russo se eles gostariam de voltar ao sistema antigo e se verá que a resposta é não. Essa questão é discutida por SEN (2000) ao abordar o fato de que o socialismo real restringe as liberdades individuais e por isso as pessoas preferem o capitalismo. Este autor, diferente de Montaña, acredita que o capitalismo, com todos os seus problemas, ainda é o melhor sistema de alocação de recursos e que uma combinação das ações do Estado, das empresas privadas e da sociedade organizada pode conduzir ao desenvolvimento com liberdade.

Deste modo, para demonstrar o lugar e a importância das OSFL na sociedade

contemporânea compartilharemos das concepções de Sen e não das idéias de Montañó, sobre as condições reais de desenvolvimento do capitalismo discutindo na seção 2.1 os limites da presença do Estado na economia no que diz respeito a sua capacidade de satisfazer as necessidades sociais pelo fato de que isto implica em déficits crescentes que geram inflação. Por outro lado, será mostrado também que o Estado tem seu papel reservado na prestação dos chamados “bens públicos”. A seção 2.2 mostra o alcance dos mecanismos de mercado para promover alocações eficientes de recursos com equidade distributiva. E, por fim, a seção 2.3 evidencia a importância da atuação das OSFL no preenchimento das lacunas deixadas tanto pelo Estado como pela iniciativa privada.

2.1 LIMITES DA PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA

Os últimos vinte anos presenciaram uma retirada crescente do Estado na resolução das questões econômicas. Essa retirada pode ser entendida a partir de dois acontecimentos observados no mundo real: a derrocada do socialismo burocrático e a insustentabilidade das políticas de bem-estar social.

Por um lado, o insucesso do socialismo burocrático (ou socialismo de Estado), tanto na Europa Oriental como na ex-União Soviética, não deve ser compreendido apenas em função dos problemas econômicos ligados à geração de renda naquelas sociedades. Ao contrário, conforme argumenta SEN (2000), a rejeição ao excesso do Estado na economia se deu, principalmente, pela negação da liberdade neste sistema onde os mercados foram excluídos. Este autor enfatiza que a supressão dos mercados restringe todos os tipos de liberdades individuais afetando o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e, conseqüentemente, o desenvolvimento da nação como um todo.

Por outro lado, as políticas de bem-estar social – entendidas como a incorporação de todas, ou grande parte, das responsabilidades sociais por parte do Estado, principalmente no que diz respeito à saúde, educação, previdência social etc. –

acabaram por gerar altos déficits fiscais que se tornaram insustentáveis frente à crescente inflação enfrentada por vários países até meados da década de noventa.

A prudência financeira nos dias de hoje é bastante desejada desde que os efeitos perniciosos da inflação excessiva e da instabilidade macroeconômica passaram a ser estudados e discutidos com maior seriedade. SEN (2000) argumenta que a teoria econômica atual reconhece que a raiz de toda inflação elevada é o déficit fiscal exagerado e estes elementos estão profundamente ligados ao fenômeno do baixo crescimento econômico. Em face destas considerações as próximas seções discutem, por um lado, o impacto do “excesso” do Estado sobre os déficits fiscais e a inflação e, por outro, o importante papel do Estado para a prestação de bens públicos.

2.1.1 O Estado, os Défis Fiscais e a Inflação

Um dos argumentos em prol da minimização da presença do Estado na economia começou a ser desenvolvido na década de 80 diante dos quadros inflacionários apresentados pelas economias capitalistas. O argumento baseia-se na idéia de que é o “excesso” de Estado que estaria gerando as pressões inflacionárias, por meio dos crescentes déficits fiscais. Esta relação causal entre forte presença do Estado na economia e crescimento da inflação é verdadeira? Como a teoria econômica explica essa relação?

Para explicar este fenômeno é preciso primeiro entender como a atuação do Estado nas diversas esferas econômicas e sociais implica em déficits fiscais² crescentes. Isto pode ser analisado observando-se a experiência empírica dos países europeus e dos Estados Unidos no período pós-II Guerra e que culminou no chamado “Estado de bem-estar social”. HOBBS (1995) argumenta que a estratégia adotada por esses países teve duas frentes: (i) proporcionar o crescimento econômico e (ii) proporcionar a inclusão social. Esses dois aspectos visavam apenas um objetivo:

² Déficit fiscal é uma situação em que as despesas do governo excedem as receitas. Estas são obtidas, em grande parte, pela arrecadação de impostos (DORNBUSCH e FISHER, 1991, p. 688).

frear a expansão do comunismo, principalmente, no leste europeu onde havia forte influência da ex-União Soviética.

Com isso, aqueles governos ampliaram fortemente seus gastos com investimentos em infra-estrutura, em bens de consumo durável, na ampliação do crédito à população, na seguridade social *etc.*, sem uma contrapartida no aumento de impostos, pois estas medidas sempre foram impopulares e o contexto não permitiria aumento de sobrecarga fiscal à sociedade. Embora esta estratégia tenha levado ao crescimento econômico e à inclusão social, não se mostrou sustentável no longo prazo em função da dificuldade em financiar os crescentes e elevados déficits fiscais.

Conforme explicam DORNBUSCH e FISHER (1991) o governo tem dois instrumentos para financiar seu déficit: (i) emissão de dívida pública e (ii) emissão monetária. Os títulos de dívida do governo podem ser vendidos tanto ao público quanto ao Banco Central. Quando os títulos são vendidos ao público pode-se dizer que o governo se engaja em um financiamento pela dívida. Quando os títulos são vendidos ao Banco Central diz-se que o governo realiza um financiamento do déficit por meio de moeda. Embora em alguns países, como os Estados Unidos, o Tesouro raramente vende títulos diretamente ao Banco Central, este mecanismo é comum em países em desenvolvimento, implicando em uma estratégia de financiamento inflacionário do déficit. Isto ocorreu, também, no pós-II Guerra, nos países de economia desenvolvida, onde as políticas de bem-estar social implicaram tanto em déficits crescentes como em crescentes estoques monetários que, no longo prazo, serviram para haver receita para o governo financiar tais déficits (HOBSBAWM, 1995).

Contudo, é preciso perguntar, ainda, qual a relação entre aumento dos estoques monetários, isto é, o fato de o governo financiar o déficit pela venda de títulos ao banco Central, e a inflação. Para entender isso é preciso considerar, de um lado, o curto prazo e, de outro, o longo prazo. No curto prazo, existem fatores mais importantes que o crescimento monetário que afetam a inflação como, por exemplo, pressões do lado da demanda. Entretanto, no longo prazo, os monetaristas argumentam

que a moeda explica a maior parte das variações na inflação (DORNBUSCH e FISHER, 1991).

Ainda conforme DORNBUSCH e FISHER (1991, p. 748-749) a teoria quantitativa da moeda é a base da macroeconomia monetarista. Ela relaciona o nível de renda nominal ($P.Y$), onde P é o preço e Y é o produto, ao estoque monetário (M) e a velocidade de circulação da moeda (V):

$$MV = PY \quad (1)$$

A equação (1) é mais útil se pensada em termos da variação percentual ao longo do tempo de cada um dos termos, onde m é crescimento monetário, v é a variação percentual na velocidade de circulação da moeda, π é a taxa de inflação e y é a taxa de crescimento da produção:

$$m + v = \pi + y \quad (2)$$

Isolando a variável π temos a equação (3) que descreve os fatores que afetam a inflação no longo prazo:

$$\pi = m - y + v \quad (3)$$

Com base nesta teoria os monetaristas defendem a idéia de que a inflação é predominantemente um fenômeno monetário. Esses economistas, como base em trabalhos empíricos, concluíram que as variáveis y (taxa de crescimento da produção) e v (variação percentual na velocidade de circulação da moeda) não são significativas para determinar a inflação sendo, portanto, o crescimento monetário (m) o principal fator responsável pelo crescimento da inflação (DORNBUSCH e FISHER, 1991).

Portanto, as relações causais que geram inflação podem ser colocadas da seguinte maneira: (i) os gastos excessivos do governo geram déficit fiscal; (ii) déficits fiscais crescentes, quando financiados por meio da emissão monetária, geram crescimento monetário e (iii) o crescimento monetário gera inflação. Estas relações são utilizadas para justificar a redução da presença do Estado na oferta de bens e serviços

para sociedade. Apesar de tudo isso, a teoria econômica tradicional também reconhece a importância do Estado na prestação de serviços relacionados aos chamados “bens públicos”. Desta forma, não se deseja nem a supressão completa do Estado – mesmo por que isso não é possível – nem sua presença excedente.

2.1.3 O Estado e a Oferta de Bens Públicos

A atuação excessiva do Estado na economia como foi visto anteriormente pode, além de gerar problemas estritamente econômicos como a inflação, restringir as liberdades individuais, elemento que tem sido considerado fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Contudo, será que existem situações nas quais os governos devem substituir as empresas privadas na prestação de bens e serviços? A resposta para essa pergunta é positiva e a teoria econômica explica o porquê. Quando a discussão enfoca a questão dos bens públicos a presença do Estado é, além de desejável, necessária.

Conforme definição de PINDICK e RUBINFELD (2002) um bem público é uma mercadoria (ou serviço) que pode ser ofertada a um baixo custo para muitos consumidores. Todavia, assim que é ofertada para alguns, torna-se difícil evitar que outros também a consumam. Em outros termos, para um bem público o custo marginal de ofertá-lo a um consumidor adicional é zero e as demais pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Um exemplo clássico disso é o serviço oferecido por um farol a um navio. A partir do momento em que o farol foi construído e está em funcionamento seu uso por um navio adicional não implica em aumento de custo e não se podem impedir os demais navios de utilizá-lo.

Com isso diz-se que os bens públicos possuem sempre duas características: são (i) *não exclusivos* e (ii) *não disputáveis* (PINDICK e RUBINFELD, 2002):

- i) Bens não exclusivos: um bem é não exclusivo quando as pessoas não podem ser impedidas de consumi-lo. Um exemplo de bem não exclusivo é a

defesa nacional, ou seja, uma vez oferecida não é possível excluir algum cidadão de ser protegido por ela.

- ii) Bens não disputáveis: um bem é não disputável quando, para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de ofertá-lo é zero para um consumidor adicional. Um exemplo de bem não disputável pode ser a utilização de uma estrada, ou seja, o fato de um consumidor adicional utilizá-la não implica em aumento de seu custo marginal, mesmo que os custos para recuperar sua depreciação aumentem.

Alguns bens podem ser exclusivos, mas não disputáveis. Este é o caso de sinais transmitidos por uma emissora. O custo marginal de transmiti-lo a um consumidor adicional é zero, portanto é um bem não disputável. Entretanto, a empresa pode tornar a transmissão desses sinais exclusivos por meio da utilização de um decodificador. Por outro lado, alguns bens podem ser disputáveis, mas não exclusivos. A utilização do mar seria um exemplo deste tipo de bem, pois é não exclusivo já que não se pode impedir ninguém de utilizá-lo. Mas, é disputável na medida em que o aumento da intensidade da pesca impõe custos para os próprios pescadores que dela fazem uso (PINDICK e RUBINFELD, 2002).

Visto que os bens públicos têm as características descritas acima, as empresas privadas não têm estímulo econômico para ofertá-los. Deste modo, cabe aos governos suprir necessidades sociais com tais características, como a segurança nacional, por exemplo. Assim, o governo primando pelo equilíbrio fiscal deve utilizar seus recursos escassos para ofertar os bens públicos já que estes não são ofertados pela iniciativa privada dada a falta de estímulo lucrativo. O Estado não pode atuar em todas as áreas, pois sua ineficiência resume-se ao fato de provocar desequilíbrios fiscais, pressões inflacionárias e, com isso, desestabilização das condições macroeconômicas.

Por isso, no que diz respeito à prestação dos demais bens e serviços o Estado deve permitir que estes sejam ofertados pela iniciativa privada, pois como veremos adiante, seus mecanismos sempre alcançam a eficiência na alocação dos recursos.

Todavia veremos também que os mecanismos de mercado não consideram distribuições eqüitativas, por isso as OSFL têm papel fundamental de concentrar-se na busca e alocações de recursos com o fim de diminuir as desigualdades sociais.

Por isso, SEN (2000) fazendo alusão aos ensinamentos budistas sugere que a solução para os problemas do capitalismo contemporâneo seja o “caminho do meio”, isto é, “à necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados.” (SEN, 2000, p. 151).

2.2 O ALCANCE DOS MECANISMOS DE MERCADO

O argumento tradicional colocado pelos teóricos neoliberais é que o mercado tem um importante papel na economia: ele promove a eficiência da alocação de recursos, ou seja, promove a melhor alocação de recursos no sentido do “ótimo de Pareto”. Para SEN (2000), embora esse primeiro argumento seja verdadeiro, existe outro ainda mais importante em favor da liberdade de transações via mercado: a importância fundamental da própria liberdade individual. Assim, os mercados são desejáveis tanto por promoverem alocações eficientes de recursos como por permitirem as liberdades individuais.

Embora tudo isso seja verdade é preciso analisar a eficiência de alocação de recursos, via mercado, de uma forma bastante crítica. Por isso, a seção 2.2.1 demonstra teoricamente porque as alocações de recursos feitas pelo mercado são eficientes. Enquanto que a seção 2.2.2 destaca os dois problemas principais que surgem no decorrer da atuação dos mercados: primeiro, no que diz respeito aos “bens públicos” os mercados não são eficientes; segundo, a eficiência na alocação de recursos não significa eqüidade distributiva.

2.2.1 O Mercado e a Alocação Eficiente de Recursos

A teoria microeconômica analisa a eficiência dos mercados a partir de dois

pontos de vista: o equilíbrio parcial e o equilíbrio geral. Um mercado competitivo é eficiente do ponto de vista do equilíbrio parcial quando maximiza o excedente do consumidor e do produtor³. Entretanto, a análise de equilíbrio parcial é incompleta, pois, considera cada mercado individualmente sem levar em conta as inter-relações entre os diversos mercados. Assim, a análise que interessa de fato é a de equilíbrio geral. Diferente da primeira, esta determina os preços e as quantidades de equilíbrio em todos os mercados simultaneamente.

Na prática não é trivial desenvolver uma análise completa de equilíbrio geral que leve em consideração os efeitos de uma mudança ocorrida em um mercado sobre todos os demais mercados. Por isso, a teoria econômica trabalha com modelos simplificados que, apesar disso, são capazes de demonstrar os resultados de eficiência econômica. Assim, para entender por que as economias de mercado são mais eficientes na alocação de recursos será utilizado um modelo simples que analisa o comportamento de dois consumidores que realizam trocas de duas mercadorias entre si. O modelo assume as seguintes suposições (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 572):

- i) Dois consumidores A e B trocam entre si duas mercadorias x e y ;
- ii) As mercadorias estão alocadas inicialmente de tal forma que se os consumidores realizarem trocas obterão um aumento de bem-estar;
- iii) Cada um dos consumidores possui informações completas a respeito das preferências do outro;
- iv) As trocas das mercadorias não envolvem custos.

Suponha-se, ainda, que o consumidor A e B juntos possuam 10 unidades do bem x e 6 unidades do bem y . Na alocação inicial dos bens o consumidor A possui 7 unidades do bem x e o consumidor B possui 3. Para o bem y , o consumidor A possui 1

³ Excedente do consumidor é definido com a diferença entre o que o consumidor deseja pagar por uma mercadoria e o que ele paga de fato quando a adquire. Excedente do produtor é definido como a soma das diferenças entre preço de mercado de uma mercadoria e custo marginal de sua produção (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 286-287).

unidade e o consumidor B possui 5 unidades. Para avaliar se há alguma troca vantajosa entre esses consumidores é preciso conhecer suas preferências. Suponha, então que a taxa marginal de substituição⁴ (TMS) do consumidor A (do bem x pelo bem y) seja 0,5 (ou seja, para obter 1 unidade do bem x ele está disposto a abrir mão de 0,5 unidades do bem y) e que a TMS do consumidor B (do bem x pelo bem y) seja 3 (ou seja, ele está disposto a abrir mão de 3 unidades do bem y para obter 1 unidade do bem x). Sob essas circunstâncias há possibilidade de ocorrer uma troca que seja mutuamente vantajosa, conforme mostra a tabela 1.

TABELA 1 – VANTAGENS NA LIVRE COMERCIALIZAÇÃO DE BENS

Consumidor	TMS de x por y	Alocação inicial	Troca	Alocação Final
A	0,5	7 x e 1 y	-1 x e +1 y	6 x e 2 y
B	3	3 x e 5 y	+1 x e -1 y	4 x e 4 y
Total	-	10 x e 6 y	-	10 x e 6 y

FONTE: Adaptado de PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 572.

Como o consumidor A valoriza mais o bem y do que consumidor B, então ele se dispõe a trocar 1 unidade do bem x por 1 unidade do bem y . Do mesmo modo, o consumidor B valoriza mais o bem x , estando disposto a se desfazer de 1 unidade do bem y em favor da aquisição de 1 unidade do bem x .

Na verdade, sempre que as TMSs de dois consumidores forem diferentes há possibilidades de trocas reciprocamente benéficas. Assim, para que se possa alcançar a eficiência econômica é necessário que haja igualdade entre as TMSs dos consumidores em análise. A essa alocação eficiente denomina-se, também, eficiência de Pareto, pois ninguém consegue aumentar seu bem-estar sem reduzir o bem-estar de outra pessoa.

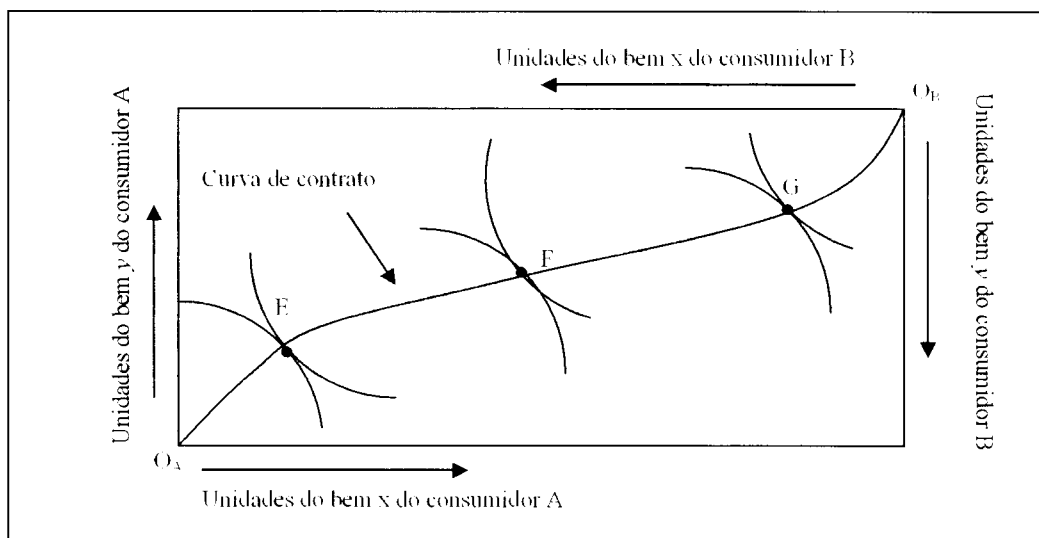
Existem, numa relação de troca entre dois consumidores, inúmeros pontos ótimos de Pareto, embora cada um deles situe-se em curvas de indiferença⁵ diversas. Esses pontos localizam-se sobre a curva de contrato, isto é, a curva que mostra todas

⁴ A taxa marginal de substituição é a quantidade máxima de um bem que um consumidor está disposto a abrir mão para obter uma unidade de outro bem, isto é, indica a preferência do consumidor entre dois bens. (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 572)

⁵ Curva de indiferença é o conjunto de todas as cestas de mercadorias que geram o mesmo nível de satisfação para o consumidor (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 157).

as alocações eficientes de bens entre dois consumidores (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 576). O diagrama de Edgeworth⁶, apresentado na figura 1, resume todas as situações nas quais as trocas entre os consumidores A e B são alocações eficientes ou ótimos de Pareto.

FIGURA 1 – CURVA DE CONTRATO DOS CONSUMIDORES A E B



FONTE: Adaptado de PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 575.

Os pontos E, F e G na figura 1 equivalem a alocações eficientes de Pareto. Portanto, como mostra a teoria econômica os mecanismos de mercado, pelo fato de primarem pela liberdade de trocas, alcançam sempre alocações eficientes de recursos. É por essa razão que os mercados são importantes no processo de desenvolvimento das sociedades, embora, como será visto adiante, eles não sejam capazes de garantir a equidade dessas distribuições eficientes de recursos.

2.2.2 O Mercado e a Equidade Distributiva

A eficiência econômica descrita anteriormente e entendida como a capacidade de realizar a melhor alocação de recursos encerra dois problemas. O

⁶ O diagrama de Edgeworth mostra todas as possíveis alocações de quaisquer duas mercadorias entre duas pessoas ou de qualquer dois insumos entre dois processos de produção (PINDICK e RUBINFELD, 2002, p. 573).

primeiro problema relaciona-se à suposição de que qualquer bem pode ser facilmente comprado ou vendido exclusivamente para uma pessoa de cada vez, ou seja, desconsidera-se a existência dos chamados “bens públicos”. Como já discutido a característica principal de um bem público é o fato de que “as pessoas consomem *juntas* e não separadamente” (SEN, 2000, p. 13), portanto os mercados não têm incentivos para ofertar esses bens e assim ocorrem falhas de mercado. A existência destes bens reforça, mais uma vez, a necessidade de interconexão da esfera pública, privada e da sociedade para garantir o desenvolvimento das oportunidades sociais.

O segundo problema é que o “ótimo de Pareto” não considera a possibilidade de que o ponto de partida já seja desigual e, portanto, que a alocação eficiente seja, também, uma alocação sem equidade de renda, utilidade ou mesmo liberdade. Isso “mostra a possibilidade de que, em certas circunstâncias, as motivações do lucro privado podem realmente ser contrárias aos interesses sociais.” (SEN, 2000, p. 150). Este é, portanto, um dos problemas que se destacam da análise criteriosa dos mecanismos de mercado como alocadores de recursos e que exige, para sua solução, a articulação entre mercado, Estado e sociedade.

2.3 O PAPEL DAS OSFL NA SOCIEDADE

As OSFL fazem parte de um universo maior denominado Terceiro Setor. A importância das OSFL na sociedade de hoje pode ser resumida pela seguinte frase: “Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições.” (SEN, 2000, p. 168). Para SEN (2000) é preciso considerar as instituições (mercados, sistema democrático, mídia, Estado, organizações não-governamentais etc.) conjuntamente de modo a obter as melhores soluções para os problemas sociais da atualidade. É neste sentido que as OSFLs assumem papel importante na sociedade como instituição que complementa a atividade das empresas privadas e do Estado. Todavia, as OSFLs não podem nem substituir o Estado nem as empresas privadas, ao contrário elas devem agir em parceria com ambos.

Para entender uma pouco mais sobre estas organizações começamos, na seção 2.3.1, com a definição dos conceitos de Terceiro Setor, ONG e OSFL, primeiro do ponto de vista jurídico e depois suas nuances sociais. Em seguida, na seção 2.3.2, apresentaremos as principais formas de captação, avaliação e monitoramento dos recursos por parte destas organizações.

2.3.1 Definindo o Terceiro Setor e suas Organizações

Antes de definirmos o que é Terceiro Setor, vejamos como o Código Civil de 2002 classifica as instituições que compõe a sociedade. Conforme explica PAES (2006), do ponto de vista jurídico, as instituições coletivas que compõe a sociedade podem ser classificadas como (i) pessoas jurídicas de direito público e (ii) pessoas jurídicas de direito privado. Pertencem ao primeiro grupo as “entidades estatais ou incorporadas ao Estado, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade”, como por exemplo, no plano interno a Administração Direta (União, Estados, municípios, Distrito Federal) e Indireta (as autarquias e associações públicas). No plano internacional são exemplos de pessoas jurídicas de direito público a ONU, OEA, UNESCO, FAO *etc.* (PAES, 2006, p. 57).

No segundo grupo incluem-se as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos *etc.* Embora todas sejam consideradas pessoas jurídicas de direito privado há uma diferenciação entre sociedades, de um lado, e associações e fundações, de outro. As sociedades⁷ são aquelas que têm fim lucrativo, onde o resultado pode ser repartido entre os sócios. Já as associações e fundações⁸ (conforme art. 44) são “as únicas formas jurídicas que poderão revestir-se

⁷ Estas são classificadas em sociedades simples (referem-se, em geral, ao exercício profissões específicas, como a de médico) e sociedades empresariais (referem-se ao exercício de atividade empresarial e podem ser divididas em seis tipos: (i) em nome coletivo; (ii) em comandita simples; (iii) limitada; (iv) anônima; (v) em comandita por ações; (vi) cooperativa).

⁸ “A diferença entre associações e fundações é capital. Enquanto naquelas, associações, predomina o elemento pessoal – quer dizer a pessoa jurídica que se organiza em torno de um elemento fundamental, que é o agrupamento das pessoas físicas que a compõe –, nas fundações a pessoa jurídica se organiza

as atividades realizadas por pessoas destinadas a organizarem-se coletivamente para a consecução de fins não econômicos⁹ ou não lucrativos e de interesse social.” (PAES, 2006, p.59). Quanto às organizações religiosas, a Lei nº. 10.825/2003 inclui o inciso IV ao art. 44 colocando-as ao lado das associações e fundações e, ainda, o inciso V inserindo os partidos políticos (PAES, 2006, p. 73).

Com bases nessas considerações preliminares, passaremos a definição de Terceiro Setor, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista social. Para PAES (2006) inicialmente concebia-se o Estado, a Administração Pública, a Sociedade, de um lado, como “primeiro setor” e o Mercado, a iniciativa privado, de outro, como “segundo setor”. Em face deste “dualismo” começam a surgir organizações com características diferentes tanto de um como de outro setor. Estas organizações passaram a ser denominadas como Terceiro Setor. Assim, o autor oferece a seguinte definição para esse “novo” setor:

Portanto, o Terceiro Setor é aquele que não é público nem privado, no sentido convencional destes termos; porém guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza ‘privada’ (sem o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal). Podemos, assim, conceituar o Terceiro setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento. (PAES, 2006, p.122).

Contudo, o autor ressalta que dada a grande abrangência na forma de atuação destas organizações não há, ainda, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, uma definição exata em lei para caracterizar a composição deste setor e em que área deve atuar. Assim, “em termos do direito brasileiro, configuram-se como organizações do Terceiro Setor, ou ONGs – Organizações Não-Governamentais, as entidades de

em torno de um outro elemento fundamental, que é o patrimônio destinado à consecução dos fins sociais.” (PAES, 2006, p. 68).

⁹ O PL nº. 7.160 (27/08/2002) substitui a expressão “fins não econômicos” por “finalidade não lucrativa”. Assim, é facultado às associações a geração de receita, desde que o resultado não seja apropriado de maneira privada. (PAES, 2006, 64).

interesse social sem fins lucrativos, como as associações e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes.” (PAES, 2006, p. 123).

Para o autor, todos os entes coletivos que formam o chamado Terceiro Setor, “são entidades de interesse social¹⁰, e apresentam como característica comum a todas elas a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais.” (PAES, 2006, p.131). Esta concepção puramente jurídica precisa ser analisada com maior detalhe para dar conta da real transformação que têm ocorrido com as organizações da sociedade a partir da década de 90. É importante notar que o autor utiliza como sinônimo o termo “Terceiro Setor” e “ONGs”, ou seja, para ele, parece não haver distinção conceitual entre um e outro. Todavia, há uma diferença fundamental entre ONG e Terceiro Setor, na medida em que o último abriga uma grande variedade de organizações extremamente diversas, plurais e heterogêneas, dentre as quais as ONGs são apenas um segmento. Conforme ABONG (2006a) a inclusão das ONGs no universo chamado de Terceiro Setor implica problemas de ordem conceitual, política e de identidade.

Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída por pessoas, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Conforme a definição jurídica apresentada anteriormente, toda ONG deve ser, então, uma associação civil ou uma fundação privada. No entanto, nem toda associação civil ou fundação é uma ONG. Entre clubes recreativos, hospitais e universidades privadas, asilos, associações de bairro, creches, fundações e institutos empresariais, associações de produtores rurais, associações comerciais, clubes de futebol, associações civis de benefício mútuo, etc. de um lado, e ONGs, de outro se observa objetivos e atuações bastante distintos, às vezes, até opostos. (ABONG, 2006b).

¹⁰ As entidades de interesse social estão previstas no art. 44 do Código Civil. Estas devem ter como destinatário a sociedade civil (PAES, 2006, p. 65).

Além disso, as ONGs foram, inicialmente, agentes preocupados em promover a inclusão social. Entretanto, nos anos 90, ocorreu uma mudança de perfil, com o surgimento de “ONGs que atuam no ‘mercado’, prestando serviços, para uma ‘clientela’”. Portanto, o Terceiro Setor engloba este novo perfil, “não como um perfil de emancipação social, com um projeto de mudança social. As estruturas que provocam esta exclusão se repetem aí”. (ABONG, 2001). Assim, dada a heterogeneidade das organizações do Terceiro Setor e a apropriação do termo ONG por organizações que não tem um fim exatamente social optamos por trabalhar com o termo OSFL (organizações sem fins lucrativos) para deixar claro o caráter de inclusão social das organizações que estamos analisando e seu importante papel na sociedade.

PAES (2006) embora utilize os termos ONG e Terceiro Setor indistintamente sua conceituação indica que se trata de organizações sem fins lucrativos com objetivos sociais. Com isso, o autor ressalta a importância destas organizações para a sociedade devido à sua “capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais que, freqüentemente, o Estado não tem condições de atender; pela sua capacidade de geração de empregos (...); e pelo aspecto qualitativo, (...) – enquanto participação democrática, exercício de cidadania e responsabilidade social.” (p. 123). A partir disso, analisaremos na próxima seção como as OSFL se constituem mecanismos eficientes de alocação de recursos sociais destacando as formas de captação de recursos e as formas de monitoramento e avaliação dos resultados obtidos com a aplicação destes recursos em projetos sociais.

2.3.2 As OSFL como Mecanismos Alocadores de Recursos para Fins Sociais

As novas formas, próprias das OSFL, de captarem e gerirem os recursos difere totalmente da iniciativa privada (acumulação de recursos via lucro) assim como do Estado (captação de recursos via tributação). Elas atuam junto a essas duas instituições, e a vários outros atores da sociedade, mobilizando recursos que serão

destinados a projetos sociais específicos. A captação de recursos para as OSFL pode se dar de diversas formas: (i) doações (transferências gratuitas, de pessoas físicas ou jurídicas, em caráter definitivo, sendo vedado o uso de publicidade paga para divulgação deste ato) e patrocínios (também transferências gratuitas, em caráter definitivo com finalidade promocional e institucional de publicidade), ambos passíveis de incentivos fiscais para a parte doadora ou patrocinadora (PAES, 2006); (ii) transferências orçamentárias: subvenções e auxílios (constituem suplementação de recursos da União para entidades que tenham por objetivo a prestação de assistência social, médica e educacional) registrando estes por transferência corrente e transferência de capital; (PAES, 2006); (iii) doações de organismos internacionais.

A captação de novos recursos dependerá da eficiência e transparência com a qual a organização promove a gestão de tais recursos (DUPREE e WINDER, 2000). Em vista disso, um dos aspectos fundamentais envolvidos nas discussões sobre o papel das OSFL na sociedade é o mecanismo de monitoramento e avaliação dos recursos doados que cada organização utiliza com o intuito de manter sua transparência perante os agentes doadores e a sociedade.

No que se refere aos mecanismos de monitoramento dos recursos, do ponto de vista jurídico, somente as entidades de interesse social¹¹ têm o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente (PAES, 2006, p. 65). As demais entidades que não tenham caráter de interesse social (associações, fundações e organizações religiosas, por exemplo) não precisam prestar contas ao Ministério Público. Contudo, outros mecanismos de controle são exigidos pelos próprios parceiros/doadores, como documentos de prestação de contas específicos de cada organização doadora.

No que se refere aos mecanismos de avaliação dos resultados dos projetos

¹¹ Às entidades de interesse social o Estado reconhece publicamente os serviços prestados manifestando-se por meio de (i) título de utilidade pública (entidades que se dispõem a servir desinteressadamente à coletividade) e (ii) atestado de registro e do certificado de fins filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social. (PAES, 2006, p. 516).

sociais, MARINO (2006) ressalta que precisa haver, e parece de fato estar havendo, uma mudança de paradigma no que diz respeito ao processo de avaliação de um projeto social. Segundo o autor, vigora uma mentalidade antiquada, em grande parte das organizações, que compreende a avaliação como mecanismo de controle, transformando em objeto passivo os indivíduos ou a organização receptora de recursos que estão sendo avaliados. Esta visão pode e, em geral desperta, uma atitude negativa nos participantes que pode resultar em “superficialidade, ocultação ou até alteração de informações essenciais para a credibilidade do que se quer avaliar.” (MARINO, 2006, p. 01). O autor argumenta, ainda, que no lugar desta visão antiquada, a avaliação deve ocorrer como um processo integrado e contínuo na vida do projeto e deve ser entendida como (MARINO, 2006, p. 03):

- i) Um instrumento importante para ajudar a organização a alcançar sua missão;
- ii) Importante para julgar tanto a eficácia interna como os resultados externos;
- iii) Portadora de benefícios como a aprendizagem organizacional;
- iv) Um processo, e não um evento; não é externa, mas sim contínua e integrada ao dia-a-dia da organização;
- v) Um processo de desenvolvimento e não a simples elaboração de relatórios;
- vi) Uma relação cooperativa entre patrocinador e beneficiário como melhor forma de resolução de problemas;
- vii) Um trabalho de todos os membros da organização onde a pergunta principal é: o que e como podemos fazer melhor?

Com base nesse novo paradigma muitas instituições têm mudado seus mecanismos de avaliação e monitoramento dos recursos doados – como as organizações Equal Opportunity Foundation e VITAE – e têm conseguido resultados bastante satisfatórios no que diz respeito ao impacto social do projeto (DUPREE e WINDER, 2000).

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA E O TRABALHO DAS OSFL

Neste capítulo identificamos os serviços de assistência social prestados pelo Município de Curitiba e pelas organizações sem fins lucrativos. Embora, a Prefeitura de Curitiba atue de forma ampla na questão social é importante notar que ainda existem lacunas a serem cobertas pelas OSFL de forma isolada ou mesmo em parceria com o município. Assim, a seção 3.1 descreve a atuação do município na área de assistência social, enquanto que a seção 3.2 descreve a atuação das OSFL em Curitiba, na mesma área.

3.1 O MUNICÍPIO E OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em Curitiba a FAS (Fundação de Assistência Social) é um órgão vinculado à Prefeitura Municipal e é o responsável por gerir e articular programas de assistência social. Dos recursos recebidos pela FAS, 73,93% são provenientes do município; 0,32% do Estado, 17,67% da União e 8,08% de entidades privadas (CURITIBA, 2006).

TABELA 2 – DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL PELA FAS, 2003/2006¹

ENTIDADES	REALIZADO				(em R\$ ²) PREVISTO
	2003	2004	2005	Crescimento 2003-2005	2006
FAS	11.129.203,60	17.197.691,84	19.295.967,79	73,38%	20.666.545,81
FMAD	121.722,30	290.360,76	327.560,77	169,10%	308.168,44
FMAS	14.231.099,38	21.625.069,55	26.388.243,39	85,43%	29.930.859,45
FMCA	952.239,99	2.349.970,10	2.281.910,26	139,64%	2.292.002,75
TOTAL	26.436.081,99	41.464.943,94	48.295.573,13	82,69%	53.199.508,28

FONTE: SILVA (2006)

NOTA: ¹Existem outros valores aplicados na Área Social pela Prefeitura de Curitiba que não estão contemplados nesta tabela por ser aplicados por outros órgãos; ² Valores reais deflacionados pelo IPCA, índice oficial do regime de metas de inflação brasileiro, disponível no site do Banco Central do Brasil.

Estes recursos estão disponíveis em nome da própria FAS, assim como, em

nome dos fundos que ela administra¹². Entre 2003 e 2005 os recursos totais administrados pela FAS e destinados à assistência social em Curitiba aumentaram em torno de 82%, conforme mostra a tabela 2. Este crescimento é decorrente de aumentos em todos os fundos, contudo, o Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente e o Fundo Municipal para Criança e o Adolescente foram os que apresentaram maior crescimento no período, com 169% e 139% respectivamente. Para 2006, está prevista a aplicação de mais de R\$ 53 milhões em programas sociais.

O público alvo da FAS é amplo e heterogêneo, incluindo crianças, adolescente, adultos e idosos¹³. A fundação tem como missão “coordenar e implementar a política de assistência social no município, para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social” (FAS, 2006). Para colocar sua missão em prática, a fundação segue as seguintes diretrizes: (i) atua de forma integrada, com gestão descentralizada e articulação inter-setorial; (ii) atua por território, com centralidade na família; (iii) articula e regula a rede sócio-assistencial em parceria com os demais setores da sociedade; (iv) valoriza as instâncias de controle social com a participação comunitária dos usuários; e (v) gere o desenvolvimento das pessoas envolvidas na execução da política de assistência social (FAS, 2006). A FAS está estruturada em quatro diretorias:

- i) Diretoria de Planejamento: desenvolve, em conjunto com as demais áreas, o processo de planejamento de ações e a implantação do Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social do município.
- ii) Diretoria Administrativo-Financeira: administra e gerencia a FAS e os fundos sob sua responsabilidade, nos aspectos administrativos e financeiros,

¹² Fundo Municipal para Criança e o Adolescente (FMCA), Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente (FMAD), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

¹³ A FAS está realizando a reestruturação da contabilização do número total de pessoas atendidas anualmente e da proporção assumida por crianças, jovens, adultos e idosos neste total. Por este motivo, a FAS não pôde disponibilizar os dados relativos ao total de pessoas atendidas pelos seus programas.

visando a sustentabilidade operacional e técnica.

- iii) Diretoria de Proteção Social: desenvolve ações de proteção social para a população em situação de risco e vulnerabilidade social, visando a inclusão social.
- iv) Diretoria de Geração de Trabalho e Renda: atua nas propostas do Município relacionadas às questões de trabalho e renda, através de estratégias e ações voltadas prioritariamente à criação de oportunidades para a população em situação de vulnerabilidade social.

3.1.1 Caracterização dos Serviços da FAS

Os serviços prestados pela FAS seguem a Política Nacional de Assistência Social¹⁴, podendo ser agrupados em dois eixos de ação: (i) Proteção Social Básica e (ii) Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (FAS, 2006).

Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é voltada para pessoas que mantêm vínculo com a família e a comunidade, em geral, famílias com crianças de 0 a 6 anos. Inclui ações sócio-educativas, de capacitação profissional, de convivência e promoção social. Conforme FAS (2006) no que se refere à proteção social básica os principais serviços prestados são:

Atendimento Social: plantão técnico para atendimento à população em situações de emergência. Atua com entrevista, análise técnica, visita domiciliar, concessão de recursos emergenciais, orientações e encaminhamentos.

Assistência Jurídica: apoio à população de baixa renda para resolução de

¹⁴ A Política Nacional de Assistência Social teve seu texto final aprovado pela Resolução 145 de 15 de outubro de 2004 e faz parte da reestruturação orgânica da política pública de assistência social prevendo a descentralização da forma de gestão da assistência social, implicando na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil (BRASIL, 2004).

problemas na área do Direito de Família.

Vale-Vovó: repasse de produtos da cesta básica para cidadãos de terceira idade, em situação de vulnerabilidade e risco social.

Agente Jovem: capacitação teórica e prática em saúde, meio ambiente e cidadania, para que adolescentes de 15 a 17 anos possam se desenvolver pessoal, social e comunitariamente.

Formando Cidadão: em endereços do Exército e da Polícia Militar do Estado do Paraná, jovens de 12 a 16 anos, em situação de vulnerabilidade social, têm atividades de lazer, esporte, cultura, saúde e oficinas de iniciação profissional, além da complementação das atividades escolares.

Centros da Juventude: espaço onde o jovem tem acesso à informática, atividades esportivas e culturais.

Circo da Cidade: espaço alternativo de inclusão pela cultura e pela arte, com atividades circenses para crianças e adolescentes participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Cadastro Único: banco de dados que proporciona diagnóstico socioeconômico das famílias, identificando suas necessidades e motivando ações mais efetivas de proteção.

Desenvolvimento Local: ações conjuntas entre poder público, comunidade e organizações comunitárias, em territórios, para estimular o desenvolvimento comunitário sustentável. O Poder Público e a comunidade discutem questões locais por meio do Grupo de Colaboração. É elaborado plano de ação e é feita a articulação entre os diversos setores da sociedade, para que esse plano seja executado.

Centro de Convivência Plínio Tourinho: espaço adaptado, na Praça Plínio Tourinho, para pessoas com deficiência desenvolverem atividades de esporte, cultura e lazer.

Grupos de Convivência e Centros de Atividades para Idosos (CATIs): os idosos se reúnem para atividades recreativas, laborais, físicas, artísticas e de lazer, com

orientação de instrutores capacitados. Os Grupos de Convivência têm por endereço espaços que a comunidade coloca à disposição, os CATIs são espaços próprios do Município.

Piá no Ofício-Aprendiz: atende adolescentes na faixa etária dos 14 aos 18 anos, em vulnerabilidade pessoal e social, valendo-se da capacitação e do trabalho remunerado como instrumentos para inserção no mercado, propiciando o seu desenvolvimento integral, visando a sua autonomia e a de seus familiares.

Desenvolvimento de Empreendedores: capacitação de empreendedores para que adotem procedimentos inovadores e adequados, fortalecendo suas características pessoais.

Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Já a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade envolvem atividades de apoio àquela parcela da população em situações emergenciais visando o fortalecimento dos vínculos familiares. A FAS (2006) considera como proteção social especial de média complexidade:

Justiça e Cidadania: encaminhamento de adultos sentenciados, a órgãos governamentais e demais parceiros, para cumprimento de penas e medidas alternativas de prestação de serviços à comunidade.

Liberdade Solidária: atendimento de adolescentes, em cumprimento de sentenças da Vara de Adolescentes Infratores, por meio da prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida. Inclusão das suas famílias na rede integrada de serviços do Município.

Centro de Referência Especializado no Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: espaço de referência para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com suspeita ou vítimas de abuso e exploração sexual. Presta atendimento especializado nas áreas de psicologia, terapia ocupacional, pedagogia e serviço social.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: atendimento à

criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil. O foco é ampliar o universo cultural e desenvolver as potencialidades das crianças e adolescentes, tendo como referência a família, a escola e a comunidade. O programa prevê concessão de bolsa mensal para cada criança e adolescente participante das atividades sócio-educativas no período complementar à escola.

Casa da Acolhida e do Regresso: posto de atendimento ao migrante, localizado na Estação Rodo-ferroviária de Curitiba que realiza a triagem daqueles que chegam, o recâmbio, a albergagem temporária, o fornecimento de passagem para o retorno à cidade de origem, além de orientações e encaminhamentos.

Central de Resgate: atendimento social em caráter de emergência, para a população em situação de rua e/ou vitimizada em domicílio. Os técnicos e os veículos da Central de Resgate atendem a solicitações telefônicas e realizam abordagens de rua. O atendimento abrange: higienização, albergagem, atendimento em saúde, triagem, investigação social e encaminhamentos.

Abordagem Integrada: Ação Integrada de Fiscalização Urbana, que envolve vários órgãos do Poder Público Municipal além de Secretarias Estaduais, Ministério Público, Vara da Infância e Conselhos Tutelares. A abordagem é feita em estabelecimentos comerciais e agendada mediante denúncias de exploração sexual, trabalho infantil e/ou uso de drogas.

Criança em Segurança: abordagem nas ruas, nos espaços públicos e em locais suspeitos, para atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Estabelecido vínculo, eles são acolhidos em centro aberto que possibilita higienização, alimentação e participação em oficinas diversificadas. O objetivo é retorno familiar ou inclusão na rede social do Município.

Serviço de Atendimento a Vitimizados em Domicílio – SAV: este serviço foi criado em 1990, denominado SOS Criança, e prestava atendimento, em caráter emergencial, a crianças e adolescentes vítimas de violência cometida pelos pais ou responsáveis. Em julho de 1999 foi integrado à Central de Resgate e em 2003 passou a

atender também aos idosos. As ações do SAV são:

- i) Triage e Orientação Telefônica: atendimento a emergências e orientações, *por telefone*, para os casos de crianças, adolescentes e idosos em situação de violência doméstica;
- ii) Atendimento a Vitimizados: atendimento a emergências e orientações, *no local*, para os casos de crianças, adolescentes e idosos em situação de violência doméstica;
- iii) Pelo Direito à Convivência Familiar e Comunitária: avaliação diagnóstica das solicitações de novos abrigamentos para crianças e adolescentes, tomando providências e, quando possível, promovendo seu retorno familiar;
- iv) Central de Vagas: centralização das informações relativas a vagas, abrigamentos e desabrigamentos de crianças e adolescentes, nos endereços oficiais e conveniados ou não, do Município;
- v) Recâmbios: viabilização de recursos para possibilitar o retorno de crianças, adolescentes e idosos em situação de risco às suas cidades de origem;
- vi) Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência: ação integrada de várias instituições, para proteger crianças e adolescentes em situação de risco para a violência, com acompanhamento às vítimas e suas famílias. Todos os parceiros são treinados para reconhecer e denunciar as situações de violência efetiva ou risco para tal;
- vii) Reabilitação na Comunidade: habilitação, reabilitação e inclusão social da pessoa com deficiência em seu núcleo familiar, com participação de equipe multi-profissional e da comunidade. São viabilizados serviços, recursos e espaços para que a pessoa com deficiência passe a participar plenamente da vida comunitária;
- viii) Cara Limpa: atendimento especializado, em ambulatório e comunidade terapêutica, para adolescentes de 12 a 17 anos que fazem uso de substâncias psicoativas, visando à sua reinserção social;

- ix) Centro Dia para Pessoa Idosa: espaço para atendimento de idosos que não apresentem incapacidades severas, mas que não podem ficar sozinhos em casa durante o dia. Eles recebem cuidados básicos – alimentação, higiene, administração de medicamentos – e têm atividades físicas, terapêuticas, sociais, culturais e de lazer, orientadas por equipe multidisciplinar.

Existem, ainda, os serviços prestados pela FAS e considerados como de alta complexidade, são eles:

Proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias ou indivíduos que estão sem referência e/ou em situação de ameaça, precisando ser afastados da família e/ou da comunidade.

Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência: endereço para atendimento e proteção a mulheres acima de 18 anos, vítimas de violência física, moral, sexual e psicológica, acompanhada ou não de filhos menores (meninos até 12 anos; meninas até 17 anos) em caráter transitório.

Abrigo para População Adulta de Rua: atendimento a adultos em situação de rua e com comprometimento físico e/ou mental, com atividades e oficinas terapêuticas que favoreçam sua reintegração social ou familiar. É de caráter transitório.

Abrigos para Crianças e Adolescentes: espaços próprios do Município e conveniados, para atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social: vítimas de abuso, abandono, negligência e/ou maus tratos. São cinco as modalidades de atendimento:

- i) Berçários: atendimento a bebês de 0 a 2 anos;
- ii) Casas de Passagem: a criança e o adolescente são encaminhados pela Central de Vagas, para permanência breve;
- iii) Casas Lares/Apoio: permanência continuada em espaços constituídos preferencialmente para pequenos grupos e/ou grupos de irmãos: em média, 12 crianças/adolescentes;
- iv) Casas Abrigos: permanência continuada em espaços constituídos para

- grupos maiores de crianças/adolescentes, em média, de 12 a 30;
- v) Repúblicas: permanência continuada para o adolescente encaminhado pelas Casas de Passagem;
 - vi) Abrigo para População com Dependência Química: fica no Centro de Atendimento Fazenda Solidariedade e atende, com tratamento sócio-terapêutico, a homens adultos com dependência química, em situação de rua ou com vínculo familiar.

3.1.2 Principais Programas de Assistência Social Geridos pela FAS

Além de todos os serviços prestados acima descritos a FAS mantém cinco principais programas de assistência social. Conforme FAS (2006) são eles: (i) Liceus; (ii) Criança Quer Futuro Não Quer Esmola; (iii) Empório Metropolitano; (iv) Amigo Curitibano; (v) Curitiba Solidária.

Programa Liceus

O programa constitui-se em unidades educacionais destinadas à qualificação profissional, compreendendo um modelo educacional específico, que visa o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, as quais expressam a capacidade e as competências necessárias para facilitar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. (FAS, 2006).

O público-alvo são prioritariamente trabalhadores desempregados, jovens candidatos ao primeiro emprego, a partir dos 16 anos; pessoas com necessidades especiais; trabalhadores com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, trabalhadores com risco de perda de emprego; população oriunda dos programas sociais do município (FAS, 2006).

O programa oferece cerca de 80 cursos de curta e média duração divididos em 17 áreas: informática, administrativa, corte e costura, gastronomia, moda e beleza,

industrial, eletricidade, eletrônica, turismo e hotelaria, prestação de serviços, vendas, artes mobiliárias, construção civil, empreendedorismo, comércio, artes e design. Os tipos de cursos ofertados são resultantes da demanda do mercado, do interesse comunitário, das características do local e da população residente no entorno do equipamento, isso explica a variação da oferta nas diversas unidades (FAS, 2006).

Criança Quer Futuro Não Quer Esmola

Este programa constitui-se na angariação de fundos a serem direcionados a programas em parceria com organizações da sociedade civil que atendem crianças carentes. Empresas de todos os portes e cidadãos podem participar direcionando parte do Imposto ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Desta forma, ao invés do dinheiro do imposto ir para Brasília, fica no município, ajudando a retirar crianças das ruas e oferecendo oportunidades aos meninos e meninas em situação de risco.

As empresas podem doar até 1% do Imposto de Renda (IR) devido. As doações de pessoas físicas podem chegar a até 6% do IR devido. Esse dinheiro não é dedutível. É o dinheiro que já foi direcionado para o IR, mas que tem como destino certo os projetos assistenciais. O Fundo da Criança e do Adolescente tem permitido que crianças e adolescentes possam ser atendidas em ações e programas capazes de retirá-las das ruas, encaminhá-las para a escola, para atividades de contra-turno escolar ou à profissionalização. As doações podem ser realizadas diretamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente ou a uma das entidades sociais que tiveram projetos aprovados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é gerido por esse conselho e formado por representantes da Prefeitura e de entidades assistenciais, eleitos em assembléias de dirigentes destas instituições. (FAS, 2006).

Empório Metropolitano

O programa foi concebido como um projeto estratégico em 1997 e

inicialmente denominado Empório Curitibano. O escopo do projeto tem como base as questões de falta de emprego e a necessidade de viabilizar oportunidades de geração de renda familiar. Com o crescimento do número de integrantes, os próprios produtores (beneficiários) passaram a ser co-responsáveis pelas ações desenvolvidas e por iniciativas na direção do associativismo e fortalecimento empresarial. (FAS, 2006).

Os principais objetivos são (i) ajudar o empreendedor e a empresa a crescerem com sustentabilidade; (ii) apoiar o pequeno produtor na comercialização da produção; (iii) aumentar o número de pessoas envolvidas e melhorar o processo produtivo; (iv) estimular a formalização de empresas, associações/cooperativas auto-sustentáveis; (v) fortalecer a capacidade empresarial do empreendedor. (FAS, 2006).

O público-alvo são os micros e pequenos produtores formais e informais que possuem pequenos negócios, mas que se sentem à margem do processo de produção, comercialização e de financiamentos, com faturamento inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) anuais, com possibilidade de desenvolver sua produção em série ou em cadeia, oportunizando aumento de postos de trabalho. O perfil dos produtores apoiados pelo programa corresponde a: 80% são mulheres, 20% possuem curso superior, 42,4% o ensino médio e 37,6% ensino fundamental. Quanto à renda familiar, 37,2% percebe até 3 salários mínimos. (FAS, 2006).

As principais atividades realizadas são (i) treinamentos aos participantes do Programa na área gerencial e de aprimoramento de produto; (ii) participação do Programa em feiras e exposições; (iii) disseminação da cultura associativa junto aos produtores participantes; (iv) conscientização dos participantes do Programa para a necessidade de investimento em capacitação, novos materiais, novos mercados; (v) apoiar os participantes para a formalização de empresas; (vi) incentivar os participantes para a abertura de novas vagas de trabalho e geração de renda. (FAS, 2006).

Amigo Curitibano

O programa, destinado aos portadores de deficiência, foi construído de forma participativa e compartilhada entre os seguintes órgãos: FAS, SME (Secretaria Municipal de Educação), SMS (Secretaria Municipal de Saúde), SMEL (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer), FCC (Fundação Cultural de Curitiba), IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), URBS (Urbanização de Curitiba S/A), IMAP (Instituto Municipal de Administração Pública), Assessoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência, Federação Estadual das Instituições de Reabilitação do Estado do Paraná. (FAS, 2006).

Os principais objetivos são: (i) desenvolver e implantar um sistema público municipal organizado em rede, promovendo e apoiando ações preventivas, assistenciais e integradoras à pessoa com deficiência; (ii) identificar e mapear a rede governamental e não governamental de atendimento à pessoa com deficiência; (iii) identificar e mapear o perfil da demanda existente no município; (iv) promover a sensibilização para a formação de uma sociedade inclusiva, possibilitando a inserção da pessoa com deficiência; (v) realizar ações de integração dos programas e projetos governamentais e não governamentais existentes de atenção à pessoa com deficiência; (vi) propor programas e projetos visando ampliar e aprimorar a rede de atenção à pessoa com deficiência, adequados às políticas vigentes; (vii) organizar ações de prevenção e acompanhamento oportunizando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; (viii) identificar necessidades específicas por Núcleo Regional, quanto à acessibilidade das pessoas com deficiência a edificações, espaço e equipamentos urbanos. O público-alvo são as pessoas com deficiência nas áreas: auditiva, física, mental, visual e múltipla residentes no município de Curitiba. (FAS, 2006).

Curitiba Solidária

O programa propõe o desenvolvimento de ações voltadas ao estímulo do voluntariado na cidade de Curitiba, bem como a evolução para um trabalho integrado com o empresariado curitibano, no sentido de estimular as parcerias com os vários segmentos da sociedade civil organizada. Considerando que o município não tem condições de arcar sozinho com todas as demandas da área social, e contando com um contingente de pessoas que se dispõe a desenvolver trabalhos de caráter voluntário o programa incentiva a integração com o Centro de Ação Voluntária (CAV), que é uma ONG que tem como missão promover o voluntariado transformador, contribuindo para o bem comum e a construção de um mundo melhor.

Os principais objetivos são: (i) desenvolver uma ação integrada entre vários setores da Prefeitura, no sentido de envolver a sociedade civil e o empresariado em ações que os tornem agentes ativos na organização de uma realidade que seja mais justa e pautada no desenvolvimento das pessoas; (ii) incentivar atividades de parceria e de ação voluntária destinadas a comunidades, grupos ou segmentos da população que requerem ações de proteção social, em consonância com as políticas públicas; (iii) potencializar a cultura da solidariedade na cidade; (iv) oportunizar o estabelecimento de princípios e ações solidárias dentro das organizações públicas e privadas; (v) ampliar o envolvimento das comunidades em práticas que respeitam os padrões universais de Direitos Humanos e de Cidadania; (vi) incentivar parcerias com as empresas locais; (vii) desenvolver a consciência social nos empresários; (viii) organizar e manter um cadastro atualizado dos voluntários; (ix) implementar um processo de ação e atuação de voluntariado na cidade; (x) identificar e mobilizar talentos; (xi) receber voluntários por meio de ações planejadas, organizadas e eficientes; (xii) buscar parceiros que já atuam com voluntariado, objetivando troca de experiências e de conhecimentos; (xiii) desenvolver processo de formação continuada, contemplando aspectos de acolhimento, entrevistas, encaminhamento,

acompanhamento e reconhecimento. O público-alvo são pessoas, empresas e organizações interessadas em prestar serviços voluntários. (FAS, 2006)

3.2 OSFL ATUANTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CURITIBA

Como puderam ser observados na seção anterior os tipos dos serviços sociais prestados pela Prefeitura Municipal de Curitiba são bastante amplos e heterogêneos. Entretanto, ainda assim, a identificação de cerca de 60 organizações que prestam serviços sociais em Curitiba evidencia as lacunas existentes nesta área e que, em alguma medida, são preenchidas pelas OSFL em ações isoladas, ou mesmo em parceria com a FAS, como é o caso da CAV. Da mesma forma, o raio de atuação das OSFL que agem em Curitiba é, também, amplo e o tipo dos serviços oferecido muito heterogêneo. Essa diversidade de ação dificulta, em certo grau, um agrupamento destas organizações que permita vislumbrar as áreas mais e menos atendidas.

Na tentativa de circundar esse problema partiremos do geral para o específico, isto é, apresentaremos primeiro uma visão geral de algumas organizações do Terceiro Setor em Curitiba, destacando a participação das organizações que prestam serviços de assistência social. Isto é feito na seção 3.2.1 com a caracterização geral das atividades das OSFL em Curitiba. Essa seção tenta lidar com dois problemas principais: (i) a falta de uma base de dados completa que relacione todas as organizações do Terceiro Setor em Curitiba; (ii) a dificuldade de agrupar essas organizações por área de atuação. Em seguida, na seção 3.2.2 caracterizaremos especificamente as OSFL que aceitaram participar desta pesquisa respondendo nosso questionário.

3.2.1 Caracterização Geral das Atividades das OSFL em Curitiba

A análise de dados, em qualquer área do conhecimento, é sempre dificultada pela escassez de informações. Particularmente, como relação ao Terceiro Setor essa

dificuldade se duplica em vista da heterogeneidade das organizações que o compõe. Em face disso, a descrição a seguir é uma tentativa de sistematização destas organizações que atuam em Curitiba. Dois aspectos metodológicos merecem destaque. O primeiro relaciona-se a base de dados consultada. Dada a falta de estudos mais completos sobre o Terceiro Setor a nível municipal, estamos utilizando os dados disponibilizados pela ABONG (2006c) e IBTS (2006), em suas respectivas páginas eletrônicas. Certamente, a lista de organizações encontradas nestas fontes não contempla todo o universo de organizações existentes, mas seguramente oferecem uma boa representação do todo.

O segundo aspecto metodológico refere-se ao agrupamento das organizações¹⁵. Foram realizados três grandes agrupamentos, conforme descrito a seguir.

Por Tipo de Assistência Prestada

- i) Social: organizações que prestam assistência à saúde, educação, moradia *etc.*;
- ii) Rural: organizações que prestam assistência a questões rurais;
- iii) Meio-ambiente: organizações de defesa do meio-ambiente;
- iv) Direitos humanos: organizações de defesa dos direitos da criança, da mulher *etc.*, em suma, do ser humano;
- v) Pesquisa, ciência e cultura: organizações que desenvolvem serviços de caráter científico e/ou cultural;
- vi) Interesse dos membros: organizações que atendem os interesses somente dos membros, como por exemplo, associações de bairros e escolares.

¹⁵ As organizações contempladas são de diversos tipos: associações, fundações, instituições, centros, clubes, grupos, ligas, sociedades *etc.* todas sem fins lucrativos. Foram excluídos os hospitais e faculdades que embora juridicamente caracterizam-se como instituições sem fins lucrativos, utilizam formas de captação de recursos que se afastam do nosso objeto de pesquisa. Os sindicatos e entidades religiosas também foram excluídos, pois não fazem parte da nossa investigação.

Dentro da Assistência Social, por Tipo de Atividade

- i) Geral: organizações que prestam todos os tipos de assistência social simultaneamente ou em mais de uma área, como assistência à saúde, educação, moradia *etc.* Além disso, atendem tanto crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- ii) Saúde: organizações que atendem apenas algum segmento específico de problema de saúde, como assistência a portadores de deficiências, neoplasias *etc.*;
- iii) Educação: organizações que prestam apenas serviços de educação tanto infantil, de jovens ou de adultos;
- iv) Moradia: organizações que prestam assistência de moradia, como casas de estudantes, lares para menores, *etc.*

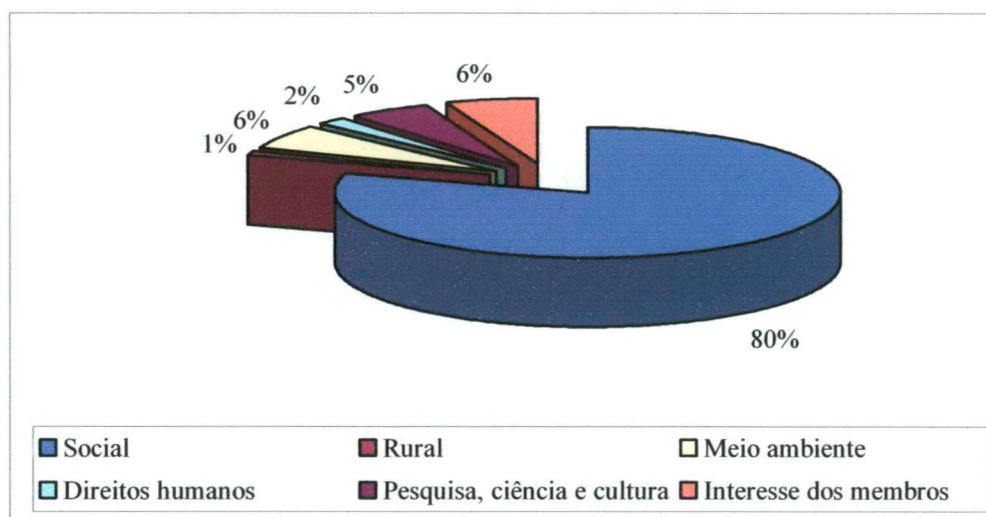
Dentro da Assistência Social à Saúde, por tipo de Doença

- i) Deficiência Auditiva;
- ii) Deficiência Física;
- iii) Deficiência Mental;
- iv) Deficiência Renal;
- v) Deficiência Visual;
- vi) Dependente Químico;
- vii) Fenilcetonúricos;
- viii) Fissurado Lábio-palatal;
- ix) Ostomizados;
- x) Portadores de Hanseníase;
- xi) Portadores de Hemofilia;
- xii) Portadores de HIV/Aids;
- xiii) Portadores de Mielomeningocele;

- xiv) Portadores de Neoplasia;
- xv) Portadores de Queimaduras.

Com base neste agrupamento podemos ter uma noção de quais serviços são mais oferecidos pelas OSFL em Curitiba. Os resultados do primeiro agrupamento estão apresentados no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL POR TIPO DE ATIVIDADE, CURITIBA, 2006



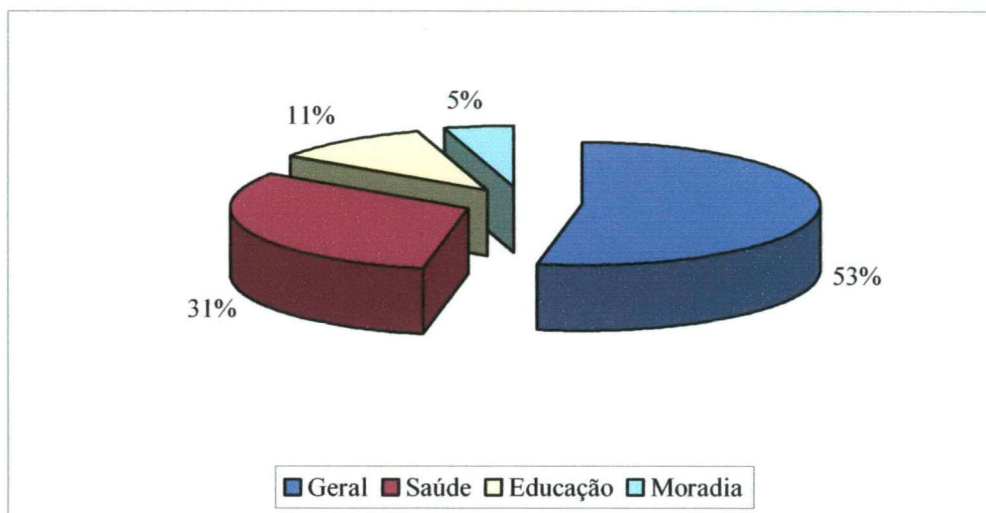
FONTE: ABONG (2006c) e IBTS (2006)

O gráfico 1 mostra que cerca de 80% das OSFL em Curitiba prestam serviços de assistência social, seguido pelas organizações de interesse dos próprios membros (6%) e organizações voltadas para o meio-ambiente (6%). Porém, a rubrica “assistência social” é bastante heterogênea e, assim, se faz necessário, desagregá-la em algumas categorias.

O gráfico 2 mostra que 53% das organizações voltadas para assistência social atuam em segmentos gerais oferecendo, ao mesmo tempo, serviços de educação, assistência médica, moradia etc. Este é o caso, por exemplo, de organizações que trabalham com crianças de rua oferecendo a elas moradia (mesmo que temporária), alimentação, cuidados médicos, etc. Em segundo lugar, como 31%, estão as organizações que prestam serviços a segmentos específicos de problemas de saúde seguidos pelas organizações que oferecem apenas serviços de educação (11%) e,

finalmente, as organizações que oferecem serviços de moradia (5%).

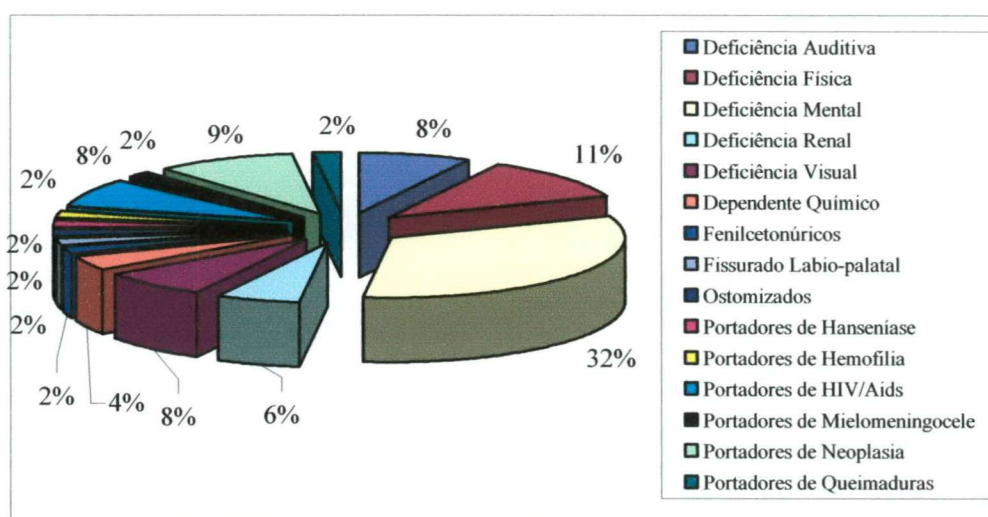
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR TIPO DE ATIVIDADE, CURITIBA, 2006



FONTE: ABONG (2006c) e IBTS (2006)

Para finalizar essa caracterização geral das OSFL em Curitiba, vamos apresentar a desagregação do grupo de Assistência Social à Saúde.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS OSFL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À SAÚDE, POR TIPO DE ATENDIMENTO, CURITIBA, 2006



FONTE: ABONG (2006c) e IBTS (2006)

Esse grupo inclui portadores de diversas doenças e deficiências, como: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência renal, deficiência visual, dependente químico, fenilcetonúricos, fissurado lábio-palatal,

ostomizados, portadores de hanseníase, portadores de hemofilia, portadores de HIV/Aids, portadores de mielomeningocele, portadores de neoplasia, portadores de queimaduras. O gráfico 3 mostra que das organizações que prestam serviços sociais de saúde, 32% dedicam-se aos portadores de deficiência mental, seguidos dos portadores de deficiência física (11%) e portadores de neoplasia (9%). Com base nesta investigação preliminar, passaremos a caracterização específica das organizações escolhidas que participaram das entrevistas.

3.2.2 Caracterização das OSFL Entrevistadas

Para entender um pouco mais sobre a forma de atuação das OSFL em Curitiba, utilizamos como método de pesquisa entrevistar algumas organizações visando obter informações sobre a forma de captação de recursos, monitoramento destes recursos e avaliação dos resultados dos projetos. Assim, a partir de uma base de dados de 209 instituições sem fins lucrativos, identificamos 63 que atuam na área de assistência social. Destas selecionamos 28 organizações¹⁶. O critério utilizado para selecioná-las foi escolher aquelas organizações cujo cadastro fornecia o endereço eletrônico, de modo a facilitar o envio dos questionários. Destas 28 organizações, 6 não responderam, pois as mensagens retornaram por motivo de mudança de endereço eletrônico; 2 organizações responderam dizendo não receber recursos internacionais;

¹⁶ As 28 organizações são: ACF (Associação Cristã Feminina de Curitiba), ACRIDAS (Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social), ADFP (Associação dos Deficientes Físicos do Paraná), ADEVIPAR (Associação dos Deficientes Visuais do Paraná), ADITEPP (Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos), AFECE (Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial), AFEH (Associação dos Fenilketonúricos e Homocistinúricos do Paraná), AILC (Associação Internacional de Lions Clube), AMAS (Associação Menonita de Assistência Social), APAE de Curitiba (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), APAV (Associação Paranaense Alegria de Viver), APH (Associação Paranaense de Hemofílicos), APO (Associação Paranaense dos Ostomizados), APPAM (Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele), Associação Alirio Pfiffer, Associação Criança Renal, ASSOMA (Associação dos Meninos de Curitiba), Associação Rede Esperança, Associação Reviver Down, ASTRAL (Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva), CERERESO (Centro de Reabilitação Emocional e Reintegração Social), Fundação 4 Pinheiros, Humanar, IPC (Instituto Paranaense de Cegos), Instituto Amigos do Rim, Irmandade Betânia, Liga Paranaense de Combate ao Câncer, SOVIDA (Associação Solidária pela Vida).

15 não responderam; e 5 responderam dispostos a participar da pesquisa. Na solicitação da entrevista, foi informado o objeto da entrevista e a própria instituição indicou a pessoa para responder às perguntas.

Em seguida serão caracterizadas as cinco organizações que aceitaram participar da pesquisa. Para cada uma delas destacamos a apresentação da organização e do entrevistado, o histórico, os objetivos e os projetos da organização. No próximo capítulo serão discutidos os principais problemas identificados na captação e monitoramento dos recursos, assim como, na avaliação dos resultados dos projetos.

Associação Paranaense dos Hemofílicos – APH

A Associação Paranaense dos Hemofílicos (APH)¹⁷ é uma organização sem fins lucrativos que atua em duas grandes áreas: (i) saúde: atendimento a portadores de hemofilia, palestras educativas de saúde na área de HIV/Aids; (ii) defesa dos direitos e da cidadania. Fundada no ano de 1974 e, até o momento, a única instituição social do gênero em Curitiba, teve como objetivo inicial oferecer casa de apoio e assistência aos portadores de hemofilia. Com o passar dos anos sua finalidade se ampliou e o atual Estatuto contempla os seguintes objetivos:

- i) Mobilizar a comunidade da APH na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo que expresse direitos e expectativas do grupo, propiciando a melhoria da qualidade de vida dos portadores de coagulopatias.
- ii) O atendimento e a assistência integral ao hemofílico através da prestação da prestação direta de serviços nas áreas: médica, odontológica, serviço social, enfermagem, fisioterapia, educação hospitalar, musicoterapia, psicologia, terapia ocupacional e casa de apoio para tratamento fora de domicílio.
- iii) Vincular-se com entidades afins públicas ou privadas brasileiras ou

¹⁷ Situada à Rua Augusto Basso, 28, Pilarzinho, Curitiba, Paraná; Página na *web*: www.aphbrasil.com (em construção); Entrevistado: Vera Marisa F. M. Hirata, Coordenadora Técnica.

internacionais para uma adequada cooperação, integração e complementação de suas atividades.

- iv) O apoio e incentivo à pesquisa nas áreas de interesse no estudo da hemofilia;
- v) A formação e o aperfeiçoamento acadêmico de profissionais cujas atividades possam concorrer para a consecução das demais finalidades aqui estatuídas.

A APH tem como instituições mantenedoras o Governo Federal, o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e doadores da sociedade civil nacional e internacional. Os principais parceiros da APH são: a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde, o SESC-Mesa Brasil, o Grupo Santa Rita de Cássia, a Associação Lions Clube, o Rotary Clube, a FAS, a Receita Federal e a 3ª Vara de Delitos do Trânsito, Juizados Criminais. A organização possui sede própria com 800 m² distribuídos em cozinha, refeitório, quartos, enfermarias, banheiros, salas para atendimento técnico (serviço social, psicologia e educação hospitalar), consultórios dentário e fisioterápico, mini-auditório, área administrativa, áreas para atividades de lazer, artes e musico-terapia.

TABELA 3 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E VÍNCULO TRABALHISTA DA APH, CURITIBA, 2006

CATEGORIA	VÍNCULO
01 Dentista	Cedida pela Prefeitura Municipal de Curitiba
01 Auxiliar de odontologia	Cedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba
01 Fisioterapeuta	Prestação de serviços
01 Psicólogo	Voluntário
01 Técnico de enfermagem	Cedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba
01 Musicoterapeuta	Voluntário
01 Assistente social	Cedida pela Secretaria Estadual de Saúde
01 Cozinheira	Voluntária
01 Diarista	Prestação de serviços
04 Pessoas no bazar e estúdio fotográfico	Voluntários
01 Estagiário de publicidade e propaganda	Cedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba

FONTE: HIRATA (2006)

A Diretoria da APH é composta da seguinte forma: 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Vice-Presidente, 01 Diretor Financeiro, 02 Conselheiros Fiscais, 02

Conselheiros Técnicos e 08 Conselheiros Administrativos. Além disso, possui um quadro de funcionários, conforme apresentado na tabela 2, que revela a parceria estabelecida entre o Estado e a sociedade com o intuito de colocar em prática a oferta de serviços assistenciais aos portadores de hemofilia. É importante notar que grande parte deste quadro de funcionários é cedida pela Prefeitura ou trabalha na forma de voluntariado.

Os projetos da APH são elaborados pela Coordenadora Técnica e têm como objetivo a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias na prestação de serviços. Os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos são definidos por meio de prioridades, estudos de demanda, história de consumo e estudo dos possíveis financiadores.

QUADRO 1 – PROJETOS DA APH, CURITIBA, 2006

N.º	PROJETOS	CAPTAÇÃO	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Posto Solidário-Sindi-Combustíveis	R\$ 5.000,00/ano	Não vigente	Fornecimento de combustíveis e informações sobre hemofilia nos postos de gasolina no Paraná.
2	Prevenção de Seqüelas Incapacitante e Melhoria da Qualidade de Vida dos Portadores de Hemofilia	R\$ 52.000,00	Aguardando aprovação internacional	Construção de academia de musculação para hemofílicos e comunidade em geral.
3	Empresas Solidárias	Não-definido	Em trâmite	Captação de recursos nas empresas.
4	Alimentação Santa Rita de Cássia e FAS Curitiba	R\$ 1.000,00/mês	Vigente	Doação de alimentação e educação alimentar.
5	Bazar Permanente	R\$ 200,00/semana	Vigente	Loja com venda de produtos doados pela comunidade, coordenada por um grupo de voluntários.
6	Revele seu lado Humanitário	Não definido	Vigente	Montagem de estúdio fotográfico na APH para prestar serviços de fotografia digital com parceria da Ticolor e dois voluntários.
7	Educação para DST/Aids SMS	Não definido	Vigente	
8	Mesa Brasil	R\$ 3.000,00/ano	Vigente	Nutrição e segurança alimentar sustentável.
9	Campanha Escolar	R\$ 24.000,00/ano	Vigente e em fase de reelaboração	Realização de palestras educativas de saúde nas escolas - SME

FONTE: HIRATA (2006)

Em média 1500 pessoas são atendidas por ano na Casa de Apoio e são realizados mais de 8 mil atendimentos anuais nas áreas de fisioterapia, odontologia,

serviço social, educação hospitalar, musicoterapia e psicologia. A APH já desenvolveu cerca de nove projetos, dos quais seis estão em funcionamento, conforme mostra o quadro 1.

No quadro 1, os valores captados são calculados com base nos recursos necessários para por em prática o projeto, no caso dos projetos 3, 6 e 7, como não houve necessidade de investimento por parte da APH, o valor captado dependerá, no primeiro caso, da participação das empresas e nos outros dois casos no sucesso de vendas do estúdio fotográfico. A APH pode prever quando o projeto necessitará de recursos adicionais, com base na série histórica de consumo e pela avaliação das metas e resultados esperados previstos nos projetos.

Irmandade Evangélica Betânia - IEB

A Irmandade Evangélica Betânia (IEB)¹⁸ é uma organização que atua na área de educação, hospedagem, hotelaria e assistência social. Fundada em 1980 tem como objetivos principais:

- i) Fundar e manter instituições de assistência social que atendam, dentro de sua capacidade física, financeira e humana, a qualquer cidadão de qualquer faixa etária sem distinção de credo, cor, raça ou categoria social;
- ii) Exercer atividades pedagógicas e educacionais para todas as faixas etárias desde o maternal até o curso superior, incluindo cursos de formação profissional e técnica de acordo com suas possibilidades e necessidades;
- iii) Manter, sem fins lucrativos, instituições com serviço de hospedagem e alimentação;
- iv) Estabelecer Editora, Distribuidora e Livraria;
- v) Oferecer atendimento pastoral e psicológico.

A organização tem como instituidores as Irmãs Diaconisas vindas da

¹⁸ Situada à Avenida Monteiro Tourinho, 1335, Tinguí, Curitiba, Paraná; Página na web: www.irmandadebetania.com.br; Entrevistado: Margot Wehr, Gerente de recursos humanos.

Alemanha e como mantenedores a própria IEB. Os principais parceiros da instituição são pessoas físicas internacionais. A estrutura física da organização consiste em uma sede própria, com 3000 m², 07 computadores com impressoras, uma copiadora, um *scanner*.

O quadro de funcionários contempla o Presidente, o Vice-Presidente, a Diretora Tesoureira e a Diretora Secretária, cerca de 110 empregados e 50 voluntários, incluindo os cooperados da IEB.

A elaboração dos projetos da Irmandade Betânia é realizada pela Direção da Instituição com o objetivo de melhorar e ampliar o atendimento assistencial. A instituição já trabalhou em parceria com o Estado do Paraná encaminhando projeto para o FIA (Fundo para a Infância e a Adolescência). Atualmente a IEB tem como parceiro a Prefeitura Municipal de Colombo.

Associação Internacional de Lions Clubes - AILC

A Associação Internacional de Lions Clubes (AILC)¹⁹ é uma organização que atua mundialmente na área de assistência social. A organização foi fundada primeiramente nos Estados Unidos em 10 de Outubro de 1917. Em seguida passou a atuar em diversos países dentre eles no sul do Brasil em 23 de Abril de 1953.

O Leonismo é um movimento universal, composto de homens e mulheres de elevada moral e espiritual e que se propõe, sem fins políticos ou religiosos, a servir desinteressadamente à suas comunidades e aos semelhantes. O objetivo da organização é promover, pelo serviço desinteressado, melhorias no âmbito dos municípios, comunidades, dos países e de todo o mundo, assim como a ajuda e apoio aos menos privilegiados, necessitados e seus semelhantes.

Os instituidores e, também, mantenedores são os Lions Clubes Internacionais

¹⁹ Esta organização tem sua matriz nos Estados Unidos: 300 West 22nd Steet – Oak Brook, Illinois 60523-8842 e filiais em quase todos os Estados do Brasil. Em Curitiba situa-se à Rua XV de Novembro, 556 – 15º andar Conj. 1501/1503. Página na *web*: www.lionsclubs.org; Entrevistado: Ernesto Martin Barmann, Coordenador Distrital da Campanha *SightFirst* II.

por meio da Fundação Internacional de Lions Clubes. A organização possui sede própria em Curitiba e a estrutura administrativa se compõe de: Governador, Secretário, Tesoureiro, Presidente do Conselho Consultivo e Planejamento, Assessores e Assistentes.

Os projetos internacionais são elaborados pela matriz e os projetos locais por meio de orientação da Governadoria e dos Clubes com autonomia total, através das suas Diretorias. Os objetivos que guiam a elaboração dos projetos são as diversas demandas sociais utilizando-se o critério de criatividade para atendê-las da melhor forma possível. Diversas entidades já foram favorecidas em Curitiba, todavia não há um registro centralizado destas atuações nesta filial.

Associação Cristã de Assistência Social – ACRIDAS

A Associação Cristã de Assistência Social (ACRIDAS)²⁰ é uma organização sem fins lucrativos que atua na área de assistência social direcionada à crianças e adolescentes. Fundada no ano de 1984 tem como objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, ou que já tenham sido vítimas de violência doméstica.

A associação é mantida pela Igreja do Cristianismo Decidido, além de parcerias com o Estado do Paraná por meio de uma verba contínua por criança atendida, entretanto estes recursos não cobrem um terço do custo despendido com cada criança. A ACRIDAS conta, também, com diversas empresas de pequeno e médio porte que a apóiam com pequenas ações e doações. Os principais parceiros da ACRIDAS são o IASP, o HSBC, a COPEL, a Marburg Mission (instituição alemã), a 3D Garage, a Weega Comunicação e a RIC TV.

A estrutura física da organização está distribuída na cidade de Curitiba em 5 unidades/projetos diferentes. Em alguns casos utiliza instalações pertencentes ao IASP

²⁰ Situada à Rua Eduardo Geronasso, 1872, Bacacheri, Curitiba, Paraná; Página na web: www.acridas.org.br; Entrevistado: Cleuber Mussio de Sousa, Coordenador de Relações Institucionais.

(Instituto de Ação Social do Paraná), em outros casos são instalações próprias, como é o caso da Unidade Central – Aldeia.

Desde sua fundação a ACRIDAS é estruturada com uma diretoria eleita para mandato de 2 anos e um diretor executivo que é o gestor com mandato de 3 anos. O quadro atual de funcionários conta com 74 empregados e 2 estagiários.

A ACRIDAS conta com um quadro técnico composto por psicólogas, psicopedadoga, pedagoga e assistentes sociais, as quais elaboram os projetos e diretrizes de trabalho de acordo com a necessidade do público alvo. Os principais objetivos que guiam a elaboração dos projetos são:

- i) Reintegração familiar: são elaboradas e realizadas atividades que visam à reintegração da criança/adolescente à sua família de origem;
- ii) Reforço escolar: durante o abrigamento as crianças são assistidas em suas necessidades escolares visando à continuidade e sucesso na educação individual;
- iii) Inserção no mercado de trabalho: são elaboradas e realizadas atividades que visam à inserção dos adolescentes no mercado de trabalho para que o mesmo, ao atingir a maioridade, tenha condições de se desenvolver profissionalmente. Este projeto se chama Independência.
- iv) Apoio familiar: creches para famílias de baixa renda, onde proporciona cuidado dos filhos para que os pais possam trabalhar.

A ACRIDAS já apresentou projetos a concursos como o do SERASA, a órgãos governamentais como o COMTIBA e o IASP e a empresas privadas como o Banco HSBC. No concurso do SERASA a organização foi a primeira colocada no ano de 2003. Para o COMTIBA já foram apresentados projetos de educação infantil, acompanhamento psicológico, manutenção, iniciação profissional, *etc.* Para o Banco HSBC foi apresentado, em 2005, um projeto de escola de informática para as crianças, o qual foi integralmente patrocinado pelo HSBC. Este projeto tem a vigência de um ano e atende a aproximadamente 25 crianças/adolescentes. O valor aprovado foi de R\$

24.000,00 para aquisição de material e equipamento. O projeto Independência contempla apenas os adolescentes maiores de 14 anos, o que hoje representa apenas 7 adolescentes.

Devido ao caráter de trabalho sob demanda, a organização tem dificuldades em prever a necessidade de recursos adicionais. Em geral, é possível prever qual o custo adicional por criança atendida. Os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos captados são: (i) os recursos são usados conforme o direcionamento da fonte. Por exemplo, convênios governamentais são recursos “carimbados” só podem ser usados conforme plano de aplicação, nos demais casos o doador pode direcionar ou não; (ii) conforme a necessidade: reforma de instalações, alimentação, salários, *etc.*

Associação Menonita de Assistência Social – AMAS

A Associação Menonita de Assistência Social (AMAS)²¹ é uma entidade filantrópica das Igrejas Menonitas do Brasil, fundada na cidade de Palmeira, estado do Paraná, em 1970. Atua no Estado do Paraná na área de educação infantil (para crianças de 0 a 6 anos), apoio sócio-educativo em meio aberto (para crianças e adolescentes de 7 a 16 anos), atendimento sócio-familiar para os familiares das crianças atendidas e apoio a pequenos agricultores. No nordeste atua na ajuda comunitária a pequenos agricultores, construção de casas, construção de cisternas, promoção de paz nas comunidades e famílias, organização de cooperativas agrícolas e catadores de papel.

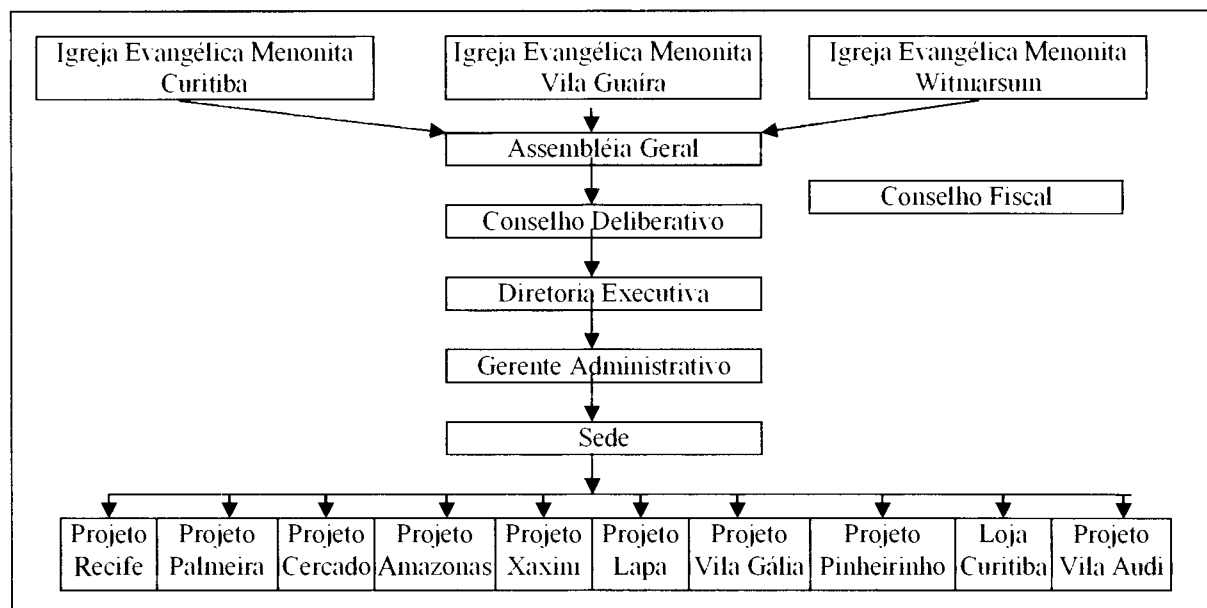
Os objetivos iniciais da organização eram: (i) apoiar famílias carentes por meio do fornecimento de creches, educação e saúde; (ii) promover a cidadania aos atendidos; (iii) ajudar em episódios de catástrofes. Atualmente o foco da associação é a educação infantil e o apoio sócio-educativo em meio aberto.

A estrutura organizacional da AMAS pode ser entendida a partir do organograma apresentado na figura 2. As três Igrejas mantenedoras elegem a cada

²¹ Situada à Rua Cristiano Strobel, 1630, Xaxim, Curitiba, Paraná; Página na web: www.amasbrasil.org.br; Entrevistado: Hermann Heinrichs, Presidente.

triênio 6 pessoas como delegados de cada Igreja, totalizando 18 pessoas que formam a Assembléia Geral. Esta assembléia elege a Diretoria executiva (3 pessoas: presidente, tesoureiro e secretário), o Conselho Fiscal e seus suplentes (no total de 6 pessoas) e o Conselho Deliberativo (formado por mais 9 pessoas).

FIGURA 2 – ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA AMAS, 2006



FONTE: HEINRICH (2006)

Existe, ainda, o Comitê Feminino que se reúne juntamente com o Conselho Deliberativo, embora às vezes ocorram reuniões separadas para buscar formas de apoio aos trabalhos realizados nos projetos. Todas as pessoas que assumem as funções acima descritas trabalham em regime de voluntariado. Além destas pessoas a AMAS mantém vínculo trabalhista com 138 funcionários e mais 15 voluntários vindos da Alemanha, Suíça e Estados Unidos trabalhando em período integral.

A AMAS tem como mantenedora a Convenção das Igrejas Menonitas Evangélicas do Brasil, formadas pelas Igrejas Menonitas de Vila Guairá, Witmarsum e Boqueirão. Além disso, para manter a entidade e os projetos são recebidos doações e apadrinhamento de crianças pela comunidade nacional e do exterior. Os principais parceiros da AMAS são KNH e IMO.

A maioria dos projetos da AMAS é contínua. Há 35 anos a organização

mantém parcerias com ONGs, Igrejas e pessoas físicas na Alemanha, Holanda e Suíça que assumem o apadrinhamento de crianças fornecendo ajuda ininterrupta aos projetos em execução. No Paraná a AMAS mantém 7 projetos:

- i) Centro de educação infantil no Pilarzinho em Curitiba: aloja 105 crianças de 0 a 6 anos, o prédio é cedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba;
- ii) Centro de educação infantil no Pinheirinho em Curitiba: atende 220 crianças de 0 a 6 anos. O prédio é cedido pela Prefeitura Municipal de Curitiba;
- iii) Pré-escola e Projeto de Apoio Sócio-Educativo em meio aberto no bairro Xaxim em Curitiba: a primeira com 75 crianças de 4 a 6 anos e o segundo com 42 crianças em. As instalações são da AMAS;
- iv) Centro de educação infantil no município da Lapa: com 76 crianças de 0 a 6 anos. As instalações foram cedidas pela Igreja Irmãos Menonitas;
- v) Centro de educação infantil e Projeto de Apoio Sócio-Educativo em meio aberto no município de Porto Amazonas: o primeiro com 60 crianças de 0 a 6 anos e o segundo com 60 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos. As instalações são da AMAS;
- vi) Centro de educação infantil e Projeto de Apoio Sócio-Educativo em meio aberto no município de Palmeiras: é o maior projeto da AMAS atendendo 272 crianças e adolescentes de 0 a 16 anos. As instalações são da AMAS;
- vii) Em Cercado, no interior do município de Palmeiras é mantido um projeto de apoio a pequenos agricultores e reforço escolar e alimentação às crianças.

No nordeste a AMAS conta com uma sede própria para sustentar os trabalhos realizados na região.

4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS OSFL EM CURITIBA

No capítulo anterior procuramos descrever as OSFL entrevistadas com o intuito de caracterizar suas atividades e projetos. Neste capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa relacionados às dificuldades de atuação das OSFL em Curitiba no que se refere à captação e monitoramento dos recursos e a avaliação dos resultados dos projetos. Com base nisso, a seção 4.1 apresenta observações preliminares concernentes à dificuldade de obter informações precisas destas organizações. A seção 4.2 apresenta os resultados referentes à captação de recursos. A seção 4.3 descreve os resultados relativos ao monitoramento dos recursos. E, finalmente, a seção 4.4 discute os resultados no que diz respeito aos mecanismos de avaliação dos projetos destas organizações.

4.1 OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A confiabilidade da pesquisa científica requer que o pesquisador confronte a teoria com as evidências empíricas. Todavia, esse confronto nem sempre é uma tarefa fácil. Essa dificuldade aumenta quando saímos das Ciências Naturais e adentramos o campo das Ciências Sociais, pois nestas o objeto de pesquisa é, ao mesmo tempo, sujeito do processo e, por isso, oculta ou dissimula informações de acordo com seus interesses.

Em função disso, às vezes acabamos nos desviar do objetivo inicial que inspirou a pesquisa. Este é o caso do presente trabalho. Inicialmente propusemo-nos a investigar a evolução das estratégias de gestão dos recursos internacionais direcionados às OSFL de Curitiba que atuam em Educação e Saúde. No decorrer do trabalho defrontamo-nos com dificuldades de diversas ordens. A primeira delas foi a falta de interesse das organizações em participar da pesquisa. Isto implicou que o universo de organizações que recebem recursos internacionais e que responderam ao nosso questionário foi drasticamente reduzido. Em segundo lugar, percebemos que a

delimitação das áreas de educação e saúde restringia muito o universo de organizações, pois a maioria delas atua em segmentos mais amplos, voltados para a assistência social como um todo. Isto exigiu que trabalhássemos com o tema assistência social e não saúde e educação de forma isolada. Em terceiro lugar, mesmo as organizações que responderam ao questionário, não foram capazes de descrever cenários temporais que nos permitissem captar a evolução de suas estratégias de gestão de recursos. Com isso, direcionamos o objetivo apenas para a atuação das OSFL na assistência social em Curitiba no momento atual.

Inúmeros estudos como, por exemplo, MARINO (2006) apontam para uma tendência de profissionalização do trabalho das OSFL na captação, monitoramento e avaliação dos recursos. Contudo, a falta de interesse das OSFL no Brasil em participar da pesquisa e a inabilidade de algumas organizações em resgatar informações passadas e mesmo atuais parece demonstrar que essa tendência mundial ainda é muito imatura no Brasil. Esta falta de profissionalização impõe grande receio por parte destas organizações e as tornam muito evasivas quando questionadas sobre assuntos relacionados à gestão de recursos e avaliação de resultados. Isto poderá ser observado na análise dos questionários respondidos nas seções seguintes.

4.2 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As organizações entrevistadas apresentaram uma gama variada de mecanismos de mobilização de recursos. As duas organizações a seguir descreveram esses mecanismos de forma bastante geral, sem explicar as especificidades do processo. A Irmandade Betânia, por exemplo, não possui procedimento específico para mobilizar recursos, recebendo doações de pessoas físicas, empresas e da rede de amigos da IEB (WEHR, 2006). A AILC utiliza instrumentos variáveis de acordo com as necessidades e conveniências da demanda sendo que o procedimento utilizado é elaborar projetos de acordo com um roteiro pré-estabelecido. Os recursos vêm de inúmeras fontes como doações empresariais, pessoais, campanhas, investimentos *etc.*

(BARMANN, 2006).

Já as três organizações a seguir, demonstram maior clareza e envolvimento no processo de captação de recursos refletindo-se numa explicação mais detalhada de tal processo. A ACRIDAS, por exemplo, utiliza como instrumentos principais de captação de recursos a divulgação via *internet*, doações descontadas diretamente na fatura da energia elétrica e contatos diretos com os doadores (empresas e pessoas físicas). Em alguns casos, são realizados eventos de divulgação e produção de material promocional, mas em geral não há um procedimento padronizado para solicitação de recursos.

SOUSA (2006) relata 3 principais dificuldades na captação de recursos da ACRIDAS: (i) a falta de confiança por parte dos doadores; (ii) a dificuldade de obter apoio em dinheiro, já que a maioria dos parceiros prefere doar materiais e serviços voluntários; (iii) muitas pessoas admiram o trabalho da organização, mas não efetivam nenhum apoio. Por outro lado, relata, também, três fatores que têm facilitado a captação de recursos da ACRIDAS: (i) a organização tem procurado se profissionalizar, investindo em marketing e se tornando mais visível; (ii) a ética, honestidade e organização da ACRIDAS tem proporcionado segurança àqueles que desejam apoiar os projetos; (iii) a causa da criança e do adolescente é cativante facilitando a aproximação de potenciais parceiros. A avaliação feita por SOUSA (2006) é que o processo de captação de recursos vem se aperfeiçoando. Uma prova disso é que em 2005 foi contratado um captador de recursos com intuito de profissionalizar o processo e angariar mais recursos para os projetos.

Já a AMAS não relatou as dificuldades e facilidades da captação de recursos, mas possui uma forma de captação bastante *sui generis*. Conforme relatado por HENRICHS (2006) a AMAS utiliza como principal forma de captação de recursos o esquema de apadrinhamento de crianças, além de doações isoladas de pessoas físicas, empresas e países. As pessoas que assumem o apadrinhamento de uma criança depositam mensalmente a quantia prometida numa conta específica para este fim,

mantida por uma ONG ou por uma Igreja. A organização chega até os doadores por meio de divulgação do seu trabalho, porém não utilizam procedimento específico para solicitação de recursos. As parcerias com as pessoas, outras organizações e igrejas do exterior não se baseiam em contrato, mas sim na confiança do programa desenvolvido pela AMAS.

Finalmente, a APH foi a única organização que detalhou minuciosamente seu processo de captação de recursos. Conforme explica HIRATA (2006) não existe um procedimento específico para solicitação dos recursos. Isto depende do agente financiador, normalmente são realizados projetos, solicitações por telefone oficializadas mediante correspondências (ofícios). Os mecanismos de captação de recursos da APH são:

- i) Realizar cinco visitas ao mês em empresas, buscando novas parcerias para manutenção das atividades e projetos da APH;
- ii) Implantar um serviço de tele-marketing;
- iii) Firmar e renovar convênios, ampliando seu objetivo e recursos previstos: um convênio para manutenção SESA/ISEP, um convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para contratação de pessoal e um convênio com parceria privada (campanha escolar);
- iv) Realizar duas visitas ao mês em órgãos públicos visando o estudo de viabilidade de novas fontes de financiamento de ações e projetos;
- v) Contatar 100% das Prefeituras que encaminham pacientes à APH, para estudo de possibilidade de financiamento da hospedagem.

Além disso, o plano estratégico da organização para 2006 e 2007 de implantar e implementar ações de Marketing Social contempla os seguintes mecanismos de divulgação para aumentar a captação de recursos:

- i) Desenvolver um vídeo institucional mostrando o trabalho da APH;
- ii) Criação e hospedagem de um site da APH;
- iii) Instituir a semana do hemofílico no mês de abril, pois 17/04 é o dia do

hemofílico;

- iv) Participar de programas de rádio e TV a cada três meses para divulgação de matéria sobre hemofilia;
- v) Elaborar texto sobre hemofilia para ser divulgado em jornais a cada dois meses;
- vi) Elaborar um *folder* institucional educativo para distribuição nas empresas, escolas, universidades e demais segmentos da sociedade civil organizada;
- vii) Elaborar cartaz de divulgação da APH para afixar em pontos estratégicos de Curitiba e região metropolitana;
- viii) Elaborar uma cartilha sobre hemofilia para aluno e professores a ser distribuída nas escolas;
- ix) Receber alunos das escolas na APH (visitas orientadas) e proferir quatro palestras durante o mês sobre hemofilia;
- x) Realizar parcerias com os Correios envolvendo os carteiros na entrega de material de divulgação da APH (Projeto Carteiro Amigo);
- xi) Instalar um posto de vendas de produtos com logomarca da APH;
- xii) Alugar o espaço físico para realização de cursos eventos promovidos pela comunidade;
- xiii) Buscar parcerias com uma entidade financeira para captação de recursos (receber porcentagem de anuidade de cartões de crédito, por exemplo);
- xiv) Firmar parceria com um estabelecimento comercial para arrecadação de pequenos trocos e valores em caixas coletoras da APH;
- xv) Firmar parceria com universidades para estágio voluntário curricular nas diversas áreas: musicoterapia, serviço social, psicologia, fisioterapia e outras áreas de acordo com as necessidades institucionais.

HIRATA (2006) relata, ainda, as dificuldades da APH no processo de captação de recursos: (i) no poder público: o tempo para renovação dos convênios (3 meses), a burocracia e exigências legais de certidões negativas e de documentação (ii)

a falta de veículo e motorista para realização de trabalho de campo, isto é, as visitas nas empresas e para realização de palestras nas escolas.

Segunda a avaliação de HIRATA (2006) o processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela organização em projetos anteriores. Isto pode ser notado pela ampliação do número projetos e parcerias. Este aumento ocorreu em função da melhor compreensão e envolvimento da sociedade sobre a doença e o conhecimento da instituição, pois embora a causa tenha um forte apelo social, a instituição estava fechada em torno da comunidade portadora de hemofilia sem a participação da sociedade como um todo. Esta situação tem sido revertida com as campanhas de marketing que visam à divulgação do trabalho da organização.

4.3 O MONITORAMENTO DOS RECURSOS

Com relação aos mecanismos de monitoramento dos recursos doados os resultados da pesquisa se mostraram bastante interessantes. Da mesma forma que na seção anterior algumas organizações foram mais minuciosas na explicação enquanto outras foram bastante objetivas. Este é o caso da IEB a qual relata que o canal utilizado para prestar contas da gestão dos recursos é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os projetos são monitorados periodicamente por meio da emissão de relatórios. Um ponto importante a ser ressaltado é que conforme WEHR (2006) as instituições e pessoas doadoras não interagem no processo de monitoramento dos recursos, isto é, não há participação direta desses agentes neste processo. Já a prestação de contas da AILC é feita por meio de relatórios e planilhas com comprovantes de despesas hábeis e contábeis, sendo acompanhada pela Comissão de Finanças e Auditoria da própria organização.

No caso da AMAS a prestação de contas consiste em relatórios financeiros apresentados aos parceiros e aos órgãos governamentais competentes. Além disso, cada pessoa que apadrinha uma criança recebe anualmente uma carta escrita pela

criança relatando como ela se sente e o que o projeto tem feito por ela. Esta é a forma encontrada para promover a interação dos agentes doadores no processo de monitoramento dos recursos.

Quanto a ACRIDAS os canais utilizados para prestar contas aos parceiros doadores e à sociedade são: (i) prestação de contas de periodicidade mensal por meio do Tribunal de Contas; (ii) às empresas e pessoas são realizadas prestações de contas próprias com notas fiscais de produtos e serviços adquiridos com os recursos doados. Periodicamente são elaborados relatórios os quais são enviados aos apoiadores conforme as características de cada projeto. Contudo, SOUSA (2006) afirma não haver interação das instituições e pessoas doadoras no processo de monitoramento dos recursos, isto é, os agentes doadores não se preocupam em monitorar como estes recursos estão sendo utilizados.

No caso da APH é feito o processo de prestação de contas formal ao poder público por meio do encaminhamento do faturamento dos procedimentos do SUS, preenchimento de formulários, relatório das atividades e plano de aplicação. Aos parceiros doadores são enviadas cartas de agradecimento. Os projetos são monitorados por meio de relatórios anuais e avaliação das metas (previstas e alcançado), a cada 6 meses. Os órgãos públicos realizam visitas de supervisão enviando técnicos da Prefeitura e do Estado periodicamente por exigência legal. O monitoramento dos recursos e resultados é efetuado pelo Conselho de Administração. Aos doadores da sociedade civil, não é prestado contas dos resultados e aplicação dos recursos.

HIRATA (2006) relata a falta de pessoal capacitado para acompanhamento de forma sistemática da aplicação dos recursos e produtos doados (alimentos, material de limpeza *etc.*) para manutenção da casa. Quanto aos projetos o Conselho Administrativo tem mantido uma vigilância e avaliação periódica dos resultados e desenvolvimento dos projetos. Afirma, ainda, que o processo de monitoramento de recursos tem melhorado com a experiência adquirida pela organização, principalmente no que se refere a nova forma de gestão e participação de um Conselho de

Administração (instância de caráter deliberativo e fiscalizador), na avaliação das metas e resultados.

No caso das OSFL acima descritas cujos projetos são monitorados pelo setor público governamental, esta avaliação se dá na forma tradicional, ou seja, após a finalização do Convênio ou Contrato que juridicamente justificou a transferência do recurso para a OSFL. Este tipo de avaliação não é eficaz, pois não permitir correções de procedimentos na medida em que o projeto desenvolve-se. Para isto seria necessário evoluir para o tipo de avaliação previsto nos Termos de Parceria²², onde há o estabelecimento de metas monitoráveis pelo órgão contratante e que definirão a continuidade dos repasses previstos no cronograma de execução. Desta forma, o não-cumprimento da meta poderá implicar na sujeição de reformulações ou correções de parte do projeto, a fim de que a OSFL/OSCIP possa receber as parcelas seguintes do Termo de Parceria.

4.4 A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS

A avaliação dos resultados dos projetos é um instrumento importante para diagnosticar a efetividade das ações realizadas pelas OSFL. Do ponto de vista dos parceiros doadores esta deveria ser a etapa que exigiria maior atenção e monitoramento, pois avaliar positivamente um projeto indica que os recursos destinados a ele foram bem sucedidos. Contudo, não é isso que as entrevistas demonstraram. Ao contrário, esta etapa parece ser a mais frágil e pouco desenvolvida em todo o processo de atuação das OSFL. A IEB, por exemplo, não possui metas quantificáveis nem qualificáveis para os projetos, ou seja, parece não existir muita

²² O Termo de Parceria é uma das principais inovações da Lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Trata-se de um novo instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 (art. 9º) para a realização de parcerias unicamente entre o Poder Público e a OSCIP para o fomento e execução de projetos. Em outras palavras, o Termo de Parceria consolida um acordo de cooperação entre as partes e constitui uma alternativa ao convênio para a realização de projetos entre OSCIPs e órgãos das três esferas de governo, dispondo de procedimentos mais simples do que aqueles utilizados para a celebração de um convênio (SEBRAE MINAS, 2006).

clareza do alvo que se quer atingir. Não há, também, critérios para medir os resultados dos projetos. Por outro lado, não há, também, interação dos agentes doadores no processo de avaliação dos resultados dos projetos, isto é, as pessoas que doam não exigem retorno de como sua doação foi útil. Já a AILC afirma ter metas quantificáveis e qualificáveis em todos os projetos, mas não detalhou nenhuma delas. Afirma que os critérios para medir os resultados são variáveis e mutáveis, sem exemplificação destes. No que se refere à interação dos parceiros doadores na avaliação dos resultados isso ocorre apenas com os parceiros internacionais, os doadores locais não voltam para verificar os resultados de sua doação.

Conforme já mencionado os parceiros da AMAS, em geral as pessoas que apadrinham alguma criança, recebem um retorno do resultado da aplicação de sua doação por meio da carta escrita pela criança. Para eles isso já é suficiente para certificar que a doação recebeu um fim adequado e provocou algum efeito positivo.

Quanto a ACRIDAS, SOUSA (2006) argumenta que pelo fato da associação trabalhar com projetos contínuos que visam proporcionar um lar às crianças a construção de metas quantificáveis e qualificáveis são instrumentos que nem sempre se aplicam aos projetos da organização.

Já a APH possui metas claras passíveis de serem quantificáveis e qualificáveis, como as descritas por HIRATA (2006):

- i) Melhoria do condicionamento físico, diminuição da dor e do uso dos fatores de coagulação;
- ii) Redução dos custos com a diminuição do uso contínuo do fator de coagulação;
- iii) Melhor aceitação das limitações físicas;
- iv) Independência na execução das atividades diárias;
- v) Motivação para o auto cuidado;
- vi) Mudança do ambiente doméstico, facilitando o convívio;
- vii) Melhor compreensão dos familiares sobre os problemas relacionados ao

- hemofílico e, conseqüente adoção de atitudes positivas;
- viii) Renovação de conceitos e busca de novos horizontes;
 - ix) Adaptação à nova realidade;
 - x) Disseminação dos conhecimentos sobre a hemofilia na comunidade;
 - xi) Construção de novas amizades;
 - xii) Melhoria da qualidade de vida.

Os critérios utilizados para medir os resultados são indicadores de processo e de resultado previstos no Plano Estratégico e a análise comparativa entre as metas previstas e alcançadas em cada projeto/atividade. Os indicadores de avaliação de processo e de resultado são:

- i) Recursos Financeiros captados por fonte de arrecadação. Número de empresas e novos parceiros adesos como colaboradores da APH;
- ii) Número de procedimentos realizados na fisioterapia, serviço social, psicologia, educação hospitalar, odontologia e musicoterapia;
- iii) Numero de hóspedes da casa de apoio;
- iv) Número de campanhas e atividades educativas realizadas.

HIRATA (2006) também relata que os parceiros doadores da sociedade civil não interagem buscando saber sobre os resultados dos projetos apoiados. Somente o poder público interage mediante os mecanismos formais: plano de aplicação, relatórios de atividades, prestação de contas com preenchimento de modelo específico.

Ainda conforme HIRATA (2006) falta cultura em planejamento por parte das OSFL, esta área parece ser ainda abstrata e apresentar dificuldades de ser inserida na rotina diária das OSFL, principalmente pela falta de pessoal capacitado. Além disso, existe a falta de instrumentos de avaliação de projetos que sejam satisfatórios. Por outro lado, a sociedade parece não conhecer o papel importante das OSFL no auxílio as pessoas que necessitam de cuidados especiais de qualquer natureza.

HIRATA (2006) julga que o processo de avaliação da utilização de recursos tem melhorado com a experiência vivenciada pela organização em projetos anteriores.

Isto tem permitido: (i) maior visibilidade das reais necessidades de recursos e prioridades; (ii) ampliação do número de parceiros (novas adesões), recursos e fontes de arrecadação; (iii) criação de alternativas de Projetos Auto-Sustentáveis como bazar permanente, estúdio fotográfico, captação nas empresas, doações de mercadorias; (iv) aumento do número de procedimentos realizados na fisioterapia, serviço social, psicologia, educação hospitalar, odontologia e musicoterapia; e (v) ampliação das ações de marketing social.

4.5 EXPERIÊNCIA DE UM CAPTADOR DE RECURSOS INTERNACIONAIS

Nesta seção será apresentada a experiência vivenciada por um captador²³ de recursos internacionais que desde o início de 2005 engajou-se na mobilização de recursos a serem destinados para fins sociais em Curitiba. Esta entrevista apóia o fato de que há uma tendência de profissionalização na captação de recursos no exterior e que esta profissionalização é um dos fatores fundamentais para o sucesso na mobilização de recursos.

Para BLANK (2006) não existem projetos, por si só, mais atrativos do que outros. Tudo depende da sensibilidade que cada projeto desperta no propenso doador. Em alguns casos a experiência pessoal (problemas com membros da família ou amigos) pode ser um fator determinante para a decisão de doar. Ele cita como importante exemplo de sensibilização o caso da onda gigante que destruiu a Indonésia. Segundo ele, as doações enviadas pela Europa superaram as necessidades dos receptores. No caso de empresas a sensibilização também conta. De um modo geral, as

²³ Esta seção é baseada em entrevista concedida por Luigi Blank ex-gestor financeiro da *Richemont International SA*, em Genebra (Suíça), e atual membro do Conselho de Administração da APH, em Curitiba. A intenção de Luigi Blank em vir morar no Brasil (Curitiba) e dedicar-se a trabalhos sociais já era antiga, mas a motivação tornou-se mais forte quando descobriu que seus dois filhos eram portadores de hemofilia. Assim, desde o início de 2005, passou a dedicar-se à mobilização de recursos internacionais destinados a APH. No futuro, pretende criar uma associação no Brasil para fazer a internalização e gestão dos recursos internacionais captados. Já intermediou mais de R\$ 70.000,00 de doação para a APH e pretende diversificar a distribuição das doações recebidas da Europa, procurando sempre aplicá-las com crianças e trabalhando sob o sistema de apadrinhamento.

empresas européias, além de serem mais “cobradas” por parte da sociedade, sentem-se na obrigação de arcar com a responsabilidade social, principalmente aquelas empresas e bancos que alcançam altíssimos lucros. Por parte das empresas, a tendência é a canalização das doações para projetos voltados para a natureza/meio ambiente. “Na visão de muitos empresários europeus, mais importante do que os problemas sociais, é a sobrevivência do planeta.” (BLANK, 2006).

Segundo BLANK (2006) os instrumentos mais utilizados para mobilizar recursos financeiros no exterior são: (i) para empresas: a apresentação de projetos; (ii) para pessoas físicas: a realização de eventos ou através dos meios de comunicações, como jornais, televisão *etc.* No que diz respeito aos procedimentos para solicitação de recursos o mais importante é apresentar um projeto que esteja alinhado aos interesses da empresa, evidenciando os benefícios que ele trará como, por exemplo, em termos de publicidade. Já a continuidade da doação depende muito do sucesso do projeto e do resultado que este projeto trouxe para a empresa. Por isso, é importante saber qual é a principal preocupação social da empresa, se é com questões sociais ou se é com o meio ambiente.

Dentre os fatores que podem facilitar a captação de recursos financeiros BLANK (2006) destaca como mais importantes: (i) a credibilidade de quem pede; (ii) o profissionalismo do projeto apresentado, isto é, o projeto deve oferecer mecanismos de monitoramento dos recursos e metas para avaliação dos resultados; e (iii) expectativa de sucesso na execução do projeto. Já os fatores que podem dificultar a captação são: (i) falta de profissionalismo na apresentação do projeto; (ii) os custos administrativos com os projetos (os parceiros doadores evitam projetos com altos custos administrativos); (iii) a falta de retorno por parte da instituição que recebe as doações, isto é, a não apresentação dos resultados obtidos com o projeto.

Embora BLANK (2006) alegue não conhecer detalhadamente os métodos e resultados da captação de recursos no Brasil, acredita ser mais fácil captar recursos na Europa. Primeiro, por que lá existe maior número de empresas e pessoas físicas com

situação financeira que possibilita a doação. E segundo, por que acredita que os brasileiros tem maior desconfiança no que diz respeito à destinação das doações feitas às ONGs e OSFL aqui no Brasil. Apesar disso, acredita que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere à mobilização de recursos, especialmente no sul do Brasil.

BLANK (2006) chama atenção para o fato de não haver exigências formais de prestação de contas. Todavia, se a organização não demonstra iniciativa própria em prestar contas perderá a credibilidade na medida em que o doador não saberá os resultados obtidos com o projeto. Segundo ele, em geral, um resumido relatório com demonstrativo de resultados é suficiente. Entretanto, enfatiza que quanto menor o custo administrativo, melhor e mais atraente será visto o projeto. Além disso, é muito importante mostrar para os doadores que existe um mecanismo de monitoramento dos recursos por parte da organização.

No que tange à interação dos parceiros doadores (empresas e pessoas físicas) no monitoramento dos recursos, BLANK (2006) relata não haver participação direta. Contudo, entende que tal interação seja importante e acredita que a promoção de eventos mostrando o destino dos recursos poderia ser uma maneira de angariar novos parceiros/doadores.

Na etapa de avaliação dos resultados dos projetos BLANK (2006) considera que o mais importante é a qualidade na avaliação desses resultados. Como existem muitas organizações destinadas ao trabalho social a qualidade apresentada em projetos anteriores se torna fundamental. Contudo, aqui também não há interação direta dos parceiros na avaliação dos resultados. O mecanismo ainda é via relatórios e dificilmente acontecem visitas. Um caso especial foi a intenção demonstrada pelos diretores da Mont Blanc em visitar e conferir os resultados. Acredita que a promoção de eventos poderia ser uma forma de melhorar a etapa de avaliação dos resultados e fortalecer a credibilidade da organização.

Para finalizar, BLANK (2006) destaca que há certa preferência por parte dos

parceiros, em fazer a doação para uma ONG no exterior (ONG internacional) de modo que esta empreenda a distribuição para instituições de outros países. Assim essa ONG internacional ficaria encarregada de fazer a fiscalização e o monitoramento dos recursos. Afirmo, ainda, que o grande segredo para o sucesso de uma associação (ONG ou OSFL) na realização e execução de um projeto, é que essa associação seja gerida e administrada como uma empresa, ou seja, que ela se torne cada vez mais profissionalizada.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar e avaliar as formas de captação e monitoramento de recursos públicos e privados e os mecanismos de avaliação dos resultados dos projetos das OSFL na área de assistência social em Curitiba em 2006. O estudo foi construído com base nos pressupostos teóricos de que as OSFL são elementos fundamentais para alocação de recursos com fins sociais.

A importância das OSFL se comprova do ponto de vista teórico e empírico. Teórico, pois a Ciência Econômica demonstra que o “excesso” de Estado na Economia provoca efeitos indesejáveis sobre a dinâmica econômica, tais como o aumento da inflação. Isto abre uma lacuna na prestação de serviços de caráter social. Além disso, a teoria econômica também demonstra que as empresas privadas, embora se constituam os mecanismos de alocação de recursos mais eficientes, não o fazem de forma equitativa, confirmando a existência da lacuna que deve ser ocupada pelas OSFL. Empírica, pois é fato a tendência mundial de redução do Estado nas questões sócio-econômicas e da preferência pela OSFL, em detrimento do Estado, por parte das empresas privadas quando da doação de recursos para fins sociais.

A despeito disso, antes da definição final do objetivo de pesquisa pretendíamos analisar as estratégias de gestão dos recursos internacionais das OSFL nas áreas de educação e saúde em Curitiba. Contudo, uma dificuldade principal nos fez desviar o curso: a falta de profissionalização das formas de atuação das OSFL no Brasil. Isto implicou na dificuldade em obter informações sobre as organizações que recebiam recursos internacionais e a evolução de suas estratégias de gestão de recursos. Além disso, não pudemos discutir as áreas de educação e saúde isoladamente, mas tivemos que envolver a área de assistência social como um todo. A hipótese de falta de profissionalização é comprovada pelos resultados obtidos com a análise das formas de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados dos projetos. Apenas no que se refere à etapa de captação de recursos observamos uma

tendência de profissionalização das OSFL no Brasil. O mecanismo mais interessante a ser citado neste sentido é o apadrinhamento de crianças por intermédio da AMAS, o que garante recursos contínuos e ininterruptos para o projeto.

Entretanto, com relação ao monitoramento da utilização destes recursos os mecanismos são ainda pouco desenvolvidos, consistindo principalmente no preenchimento de formulários, cujo conteúdo não reflete necessariamente o verdadeiro caminho seguido pelos mesmos. Esta falta de profissionalização da etapa de monitoramento dos recursos está ligada a falta de envolvimento por parte dos parceiros doadores da sociedade civil, em geral as pessoas físicas, em cobrar das organizações o monitoramento desses recursos, ou seja, concluímos não haver interesse de participação direta desses agentes neste processo.

O mesmo ocorre com a etapa de avaliação dos resultados dos projetos. Os parceiros doadores não interagem buscando saber sobre os resultados dos projetos apoiados, ficando apenas por conta do poder público a avaliação da efetividade destes. Assim, esta etapa torna-se mais uma exigência tediosa por parte dos órgãos públicos que acaba despertando uma atitude negativa nos participantes e que pode resultar em avaliações superficiais do alcance do projeto. O mais curioso é a conclusão de que, enquanto a comunidade mundial caminha em direção à profissionalização da atuação das OSFL e da intensa participação e cobrança por parte da sociedade neste processo, no Brasil isto está ainda muito imaturo principalmente com relação à participação e cobrança das pessoas que apoiaram a realização dos projetos.

Além disso, o processo de monitoramento dos recursos e de avaliação dos resultados do projeto por parte do setor público governamental se dá na forma tradicional, ou seja, após a finalização do Convênio ou Contrato que juridicamente justificou a transferência do recurso para a OSFL. Este tipo de avaliação não permite correções de procedimentos na medida em que o projeto desenvolve-se. Para modificar este padrão seria necessário evoluir para o tipo de avaliação previsto nos Termos de Parceria, onde há o estabelecimento de metas monitoráveis pelo órgão contratante,

segundo as quais se define a continuidade dos repasses previstos no cronograma de execução. Desta forma, o não-cumprimento da meta poderá implicar na sujeição de reformulações ou correções de parte do projeto, a fim de que a OSFL possa receber as parcelas seguintes do Termo de Parceria garantindo, assim, a adequada e eficaz destinação dos recursos, tanto públicos como privados, para fins sociais.

REFERÊNCIAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. (2001). **Seminário ONGs e sociedade: novos desafios**. Disponível em: <<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=11246>> Acesso em: 30 set. 2006.
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. (2006a). **O que significa a expressão “terceiro setor”?** Disponível em: <<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=12192>> Acesso em: 30 set. 2006.
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. (2006b). **ONGs: pluralidades e identidades**. Disponível em: <<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=18034>> Acesso em: 30 set. 2006.
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. (2006c). **Associadas**. Disponível em <<http://www.abong.org.br/>> Acesso em: 10 mai. 2006.
- AMAS – Associação Menonita de Assistência Social. (2006a). **Notas explicativas do funcionamento da AMAS**. 12 set. 2006.
- AMAS – Associação Menonita de Assistência Social. (2006b). **Servir com o amor de Cristo**. 12 set. 2006. Publicidade.
- BARMANN, E. M. (2006). Entrevista concedida pelo Coordenador Distrital da Campanha Sigh First II da Associação Internacional de Lions Clubes, Curitiba, 18 set. 2006.
- BLANK, L. (2006). Entrevista concedida pelo membro do Conselho de Administração da APH, Curitiba, 20 out. 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004) **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf> Acesso em: 07 out. 2006.
- CURITIBA. Câmara Municipal de Curitiba. Assessoria de Imprensa. (2006) **Vereador analisa as contas da FAS**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=7071> Acesso em: 13 out. 2006.
- DORNBUSCH, R.; FISHER, S. (1991) **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron. McGraw-Hill.
- DUPREE, A. S.; WINDER, D. (2000). **Criação de fundações, guia prático: um guia para profissionais com base em experiências na África, Ásia e América Latina**. New York. Disponível em: <<http://www.synergos.org/globalphilanthropy/01/cfgp.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2006.
- FAS – Fundação de Assistência Social (2006). Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/>> Acesso em: 07 out. 2006.

HEINRICHS, H. (2006). Entrevista concedida pelo Presidente da Associação Menonita de Assistência Social (AMAS), Curitiba, 12 set. 2006.

HIRATA, V. M. F.M (2006). Entrevista concedida pela Coordenadora Técnica da Associação Paranaense de Hemofílicos (APH), Curitiba, 02 out. 2006.

HOBBSBAWM, E. (1995). **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras.

IBTS – Instituto Brasileiro do Terceiro Setor. (2006). **Cadastro Nacional de ONGs**. Disponível em: <http://www.ibtsonline.org/cno_index.php?pesquisa=&estado=IN&cidade=TC&linf=0> Acesso em: 10 mai. 2006.

IRES – Instituto ADVB de Responsabilidade Social (2005). **VI Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social nas Empresas/2005**. Disponível em: <http://www.advbfm.org.br/site/ires_pesquisa.aspx> Acesso em: 17 set. 2006.

MARINO, E. (2006). **Avaliação: a mudança do paradigma**. Disponível em: <<http://www.fonte.org.br/documentos/artigo%203.pdf>> Acesso em: 05 maio 2006.

MONTAÑO, C. (2005). **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, G. H. J. (2004). **O Terceiro Setor e o controle social da gestão pública**. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/isc/dialogo_publico/arquivos%5C2004%5Csetembro_secex_pr%5C09-%20Procuradoria%20do%20Estado%20do%20Paran%C3%A1%20-%20Gustavo%20Oliveira.ppt> Acesso em: 17 set. 2006.

PAES, J. E. S. (2006). **Fundação e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica.

PINDICK, R.; RUBINFELD, D. L. (2002) **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall.

SEBRAE MINAS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (2006). **Fascículos da cultura da cooperação: OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**. Disponível em: <http://www.sebraeminas.com.br/culturada_cooperacao/oscip.htm> Acesso em: 21 out. 2006.

SEN, A. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, J. A. (2006) **Dados Financeiros da FAS**. [mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <nits@ufpr.br> em: 26 out. 2006.

SOUSA, C. M. (2006). Entrevista concedida pelo Coordenador de Relações Institucionais da Associação Cristã de Assistência Social (ACRIDAS), Curitiba, 28 set. 2006.

WEHR, M. (2006). Entrevista concedida pela Gerente da Irmandade Evangélica Betânia, Curitiba, 16 set. 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS OSFL, CURITIBA, 2006	72
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AO CAPTADOR DE RECURSOS INTERNACIONAIS, CURITIBA, 2006	73
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HEMOFÍLICOS (APH), CURITIBA, 2006	74
ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ACRIDAS), CURITIBA, 2006	78
ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA IRMANDADE EVANGÉLICA BETÂNIA (IEB), CURITIBA, 2006	81
ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LIONS CLUBES (AILC), CURITIBA, 2006.....	83
ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (AMAS), CURITIBA, 2006.....	85
ANEXO 8 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR LUIGI BLANK, CURITIBA, 2006.....	88

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS OSFL, CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 1.1 Nome.
- 1.2 Área de atuação: (educação/saúde; subáreas: Aids, educação de adultos, etc.).
- 1.3 Endereço.
- 1.4 Página na *web*.
- 1.5 Entrevistado: (nome, cargo, *e-mail*).

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1 Ano de fundação.
- 2.2 Objetivo inicial.
- 2.3 Objetivo atual.
- 2.4 Instituidores/mantenedores.
- 2.5 Estrutura física da organização: (sede própria/alugada, m², estado dos equipamentos, etc.).
- 2.6 Quadro de diretoria, conselheiros, empregados, terceirizados, voluntários. Evolução e proporção no tempo e atual.

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou? A quem? Foram bem sucedidos?
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?
- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto?
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais?
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos?

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos? (por telefone, contato direto com as empresas, etc.).
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos? (etapas, formulários, etc.).
- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais (empresas/pessoas doadores)?
- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros.
- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?
- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros.
- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

6 AValiação DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?
- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?
- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
- 6.4 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros.
- 6.5 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AO CAPTADOR DE RECURSOS INTERNACIONAIS, CURITIBA, 2006

1 PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1.1 Nome:
- 1.2 Áreas de atuação:
- 1.3 Endereço:
- 1.4 E-mail:
- 1.5 Histórico:

2 O PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- 2.1 Existem projetos com maior facilidade de atrair recursos do que outros?
- 2.2 Quais os instrumentos mais utilizados para mobilizar recursos financeiros, no exterior?
- 2.3 Existem procedimentos específicos para solicitação de recursos?
- 2.4 Quais fatores podem tornar o processo de captação de recursos financeiros mais fácil?
- 2.5 Quais fatores podem tornar o processo de captação de recursos financeiros mais difícil?
- 2.6 Existem diferenças entre o processo de captação de recursos de parceiros no Brasil e de parceiros no exterior, em termos de dificuldades, exigências, etc.?
- 2.7 É possível perceber se as organizações no Brasil têm melhorado o processo de mobilização de recursos, com base na experiência vivenciada em projetos anteriores?
- 2.8 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere à mobilização de recursos?

3 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E O MONITORAMENTO DO PROJETO

- 3.1 Os parceiros doadores observam se as organizações possuem mecanismos sérios de monitoramento dos recursos como elemento de seleção de projetos?
- 3.2 Quais os instrumentos são frequentemente exigidos pelos doadores para a organização “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
- 3.3 As instituições/pessoas doadoras no exterior interagem no processo de monitoramento dos recursos? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via preenchimento de formulários e relatórios?
- 3.4 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere ao monitoramento dos recursos?

4 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A AVALIAÇÃO DO PROJETO

- 4.1 Os parceiros doadores consideram as metas (quantificáveis/qualificáveis) e os critérios de avaliação dos resultados como elementos importantes para seleção do projeto?
- 4.2 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? As organizações recebem visitas dos doadores? Ou é via preenchimento de formulários e relatórios?
- 4.3 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere à avaliação dos resultados dos projetos? E no exterior?

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HEMOFÍLICOS (APH), CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 1.1 Nome: *Associação Paranaense dos Hemofílicos (APH).*
- 1.2 Área de atuação: *Saúde e Defesa dos Direitos e Cidadania.*
- 1.3 Endereço: *Rua Augusto Basso, 28, Pilarzinho, Curitiba, Paraná.*
- 1.4 Página na web: *www.aphbrasil.com* (em construção).
- 1.5 Entrevistado: *Vera Marisa F. M Hirata, Coordenadora Técnica, Jhirata@terra.com.br.*

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1 Ano de fundação:
1974
- 2.2 Objetivo inicial:
Casa de Apoio e Assistência aos portadores de Hemofilia.
- 2.3 Objetivo atual:
De acordo com o previsto no atual Estatuto: a) mobilizar a comunidade da APH na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo que expresse direitos e expectativas do grupo, propiciando a melhoria da qualidade de vida dos portadores de coagulopatias; b) O atendimento, a assistência integral ao hemofílico através da prestação da prestação direta de serviços nas áreas: médica, odontológica, serviço social, enfermagem, fisioterapia, educação hospitalar, musicoterapia, psicologia, terapia ocupacional e casa de apoio para tratamento fora de domicílio; c) Vincular-se com entidades afins públicas ou privadas brasileiras ou internacionais para uma adequada cooperação, integração e complementação de suas atividades; d) O apoio e incentivo à pesquisa nas áreas de interesse no estudo da hemofilia; e) A formação e o aperfeiçoamento acadêmico de profissionais cujas atividades possam concorrer para a consecução das demais finalidades aqui estatuidas.
- 2.4 Instituidores/mantenedores:
Estado, Município, Governo e Sociedade Civil.
- 2.5 Estrutura física da organização: (sede própria/alugada, m2, estado dos equipamentos, etc.):
Sede Própria, A Associação Paranaense dos Hemofílicos, única instituição social do gênero em Curitiba, dispõe de uma sede de 800 m2 toda de alvenaria dividida em 2 pavimentos, distribuídos em cozinha, refeitório, quartos, enfermarias, banheiros, salas para atendimento técnico, consultórios dentário e fisioterápico, mini-auditório e área administrativas. Além disso, possui áreas para atividades de lazer, artes e musicoterapia, Serviço Social, psicologia e Educação hospitalar, de psicologia, uma para o serviço social, outra para educação hospitalar.
- 2.6 Quadro de diretoria, conselheiros, empregados, terceirizados, voluntários. Evolução e proporção no tempo e atual.
*Quadro: 01 (uma) dentista- 4:00 diárias - 20:00 horas semanais Cedida pela PMC; 01 (uma) auxiliar de odontologia – 4:00 horas diárias – 20:00 horas semanais cedida- Prefeitura Municipal de Curitiba; 01 (uma) fisioterapeuta – prestação de serviços; 01 Psicólogo voluntário; 01 (um) Técnico de Enfermagem - em regime de revezamento 12:00 por 36:00 h cedido pela PMC; 01 (uma) musicoterapeuta (voluntária) – 03 horas semanais; 01 (uma) Assistente Social – Coordenadora Técnica cedida pela Secretaria Estadual de Saúde; 01 Cozinheira voluntária; 01 Diarista 01 vez por semana; 04 voluntários (bazar e estúdio fotográfico); 01 Estagiário de Publicidade e Propaganda.
Conselho de Administração: Diógenes Aparecido Fagundes, José Reinaldo Vanin, Maria Aparecida Alves Pinaffi, Nilson Fernando Stonoga e Joel Lobo Dr Marcelo Thá Accioly Veiga Sra Milena Maslowski e o Sr Luigi Blank; Diretoria: Diretor Presidente: Cleberson Fabiano Nickel Oliveira, Diretor Vice Presidente: Anderson Luiz Silveira, Diretor Financeiro: Alex Maciel Castanho; Conselho Fiscal: Sebastião Antonio Gonçalves e Silas Pereira das Neves; Conselho Técnico: Janayna Ceni e Ivan Gross.*

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
A Coordenadora Técnica.
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
Captação de Recursos e Parcerias na prestação de serviços.

- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou? A quem? Foram bem sucedidos?
1)Projeto Posto Solidário-Sindi-Combustíveis, 2)Projeto Alimentação-Santa Rita de Cássia e FAS Curitiba 3)Projeto de Prevenção de Seqüelas Incapacitantes e Melhoria da Qualidade de Vida dos Portadores de Hemofilia-Rotary Clube Internacional, 4)Projeto Bazar Permanente e Grupo de Volutários, 5)Projeto Revele seu Lado Humanitário-Grupo de Volutários, Projeto Educação para DST/AIDs Secretaria Municipal de Saúde, 6) Projeto Empresas Solidárias, 7)Projeto Mesa Brasil 8)Campanha Escolar-Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?
Todos exceto nºs 01 e 03 . 06.
- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
*1)Projeto Posto Solidário-Sindi-Combustíveis, em negociação. Fornecimento de combustíveis e informações sobre hemofilia nos Postos de Gasolila do Paraná. Valor R\$ 5.000,00/ano
 2)Projeto Alimentação-Santa Rita de Cássia e FAS Curitiba - Doação de Alimentação e Educação Alimentar, mensal e renovado anualmente R\$ 1.000,00.
 3)Projeto de Prevenção de Seqüelas Incapacitantes e Melhoria da Qualidade de Vida dos Portadores de Hemofilia – Construção de Academia de Musculação na APH para os Hemofílicos e Comunidade em Geral, encaminhado ao Rotary Internacional , com aprovação prévia no Brasil, aguardando aprovação internacional, Valor solicitado R\$ 52.000,00
 4)Projeto Bazar Permanente - Lojinha com venda de produtos doados coordenada por um Grupo de Volutários - mercadorias doadas pela comunidade em geral, lojas e material da Receita Federal. Iniciado nesse mês, com investimento zero e a renda semanal de R\$ R\$ 200,00.
 5)Projeto Revele seu Lado Humanitário-Grupo de Volutários, Projeto Educação para DST/AIDs Secretaria Municipal de Saúde. Montagem de estúdio fotográfico na APH para prestar serviços de fotografia digital. Parceria com Ticolor e dois voluntários (mão de obra), Investimento da APH=zero - Iniciada sua operacionalização em 28/set/2006.
 6) Projeto Empresas Solidárias - Captação de Recursos nas Empresas - em iniciação.
 7)Projeto Mesa Brasil - Nutrição e segurança alimentar sustentável-repasse de alimentos no valor aproximado de R\$ 3.000,00/ano-SESC
 8)Campanha Escolar - Reliazação de palestras e atividades educativas de saúde nas esoclas - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba – R\$ 24.000,00/ano - sobrestado em fase de reformulação.*
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto? A Casa de apoio recebe em media 1500 pessoas por ano e presta mais de 8 mil atendimentos nas áreas de fisioterapia, odontologia serviço social , educação hospitalar, musicoterapia, odontologia, psicologia.
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais? Sim pela série histórica de consumo, pela avaliação das metas e resultados esperados previstos nos projetos.
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos? Definição de prioridades, estudo de demanda e história de consumo, estudo dos possíveis financiadores.

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
O equivalente a edificação de uma área de 800 m2. O terreno foi doador e os recursos para a construção foi feita por construtora de forma voluntária. Hoje para estruturação de uma casa nova seria necessário R\$ 400 mil 350(prédio) e 50mil para móveis e equipamentos.
- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos? (por telefone, contato direto com as empresas, etc.).
Vide metas abaixo do Plano estratégico: Implantar e implementar ações de Marketing Social (vide as metas abaixo relacionadas previstas no planejamento estratégico para 2006 e 2007.
- 01 vídeo institucional
 - Criação e hospedagem de um site da APH.
 - Instituir a semana do hemafílico no mês de abril (17/04 dia do hemafílico).
 - Participar de 01 programa de rádio e TV a cada 03 meses para divulgação de matéria sobre hemofilia.
 - Elaborar texto sobre hemofilia para ser divulgado em jornais a cada 02 meses.
 - Elaborar um folder institucional /educativo para distribuição nas Empresas e Escolas e Universidades e demais segmentos da sociedade civil organizada.
 - Elaborar cartaz de divulgação da APH para afixar em pontos estratégicos de Curitiba e região metropolitana.
 - Elaborar uma cartilha sobre hemofilia para aluno e professores a ser distribuída nas escolas.

- *Receber alunos das escolas na APH (visitas orientadas) e proferir 4 palestras/mês sobre hemofilia.*
- *Realizar parcerias com os Correios envolvendo os carteiros na entrega de material de divulgação da APH (Projeto Carteiro Amigo).*
- *Instalar um posto de vendas de produtos com logomarca da APH.*
- *Alugar o espaço físico para realização de cursos eventos promovidos pela comunidade.*
- *Buscar parcerias com uma entidade financeira para captação de recursos (% de anuidade de cartões de crédito).*
- *Firmar parceria com um estabelecimento comercial para arrecadação de pequenos trocos e valores em caixas coletoras da APH.*
- *Firmar parceria com Universidades para estágio voluntário curricular nas diversas áreas - musicoterapia, serviço social, psicologia, fisioterapia e outras áreas de acordo com as necessidades institucionais.*
- Ações de captação de recursos:*
 - *Realizar 05 visitas/mês em Empresas, buscando novas parcerias para manutenção das atividades e projetos da APH.*
 - *Implantar um serviço de telemarketing.*
 - *Firmar e renovar convênios, ampliando seu objeto e recursos previstos: (um convênio para manutenção SESA/ISEP, um convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba para contratação de pessoal e um convênio com parceria privada - campanha escolar).*
 - *Realizar 02 visitas/mês em órgãos públicos visando o estudo de viabilidade de novas fontes de financiamento de ações e projetos.*
 - *Contatar 100% das Prefeituras que encaminham pacientes à APH, para estudo de possibilidade de financiamento da hospedagem (TFD).*
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos? (etapas, formulários, etc.).
Não, depende do agente financiador, normalmente são realizados projetos, solicitação por telefone e oficializada mediante correspondências (ofícios).
- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais (empresas/pessoas doadores)?
Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria estadual de Saúde (convênios sobreestados), SESC-Mesa Brasil, Grupo Santa Rita de Cássia, doadores pessoa física, Lions Clube, Rotary Clube, Fundação de Ação Social-PMC, Recita Federal, 3ª Vara de Delitos do Trânsito, Juizados Criminais.
- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros:
No poder público - tempo para renovação dos convênios (3 meses), burocracia e exigências legais de certidões negativas e documentação. Falta de veículo motorista para realização de trabalho de campo (visitas nas empresas, palestras nas escolas).
- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Sim, ampliação do numero projetos e parcerias e captação recursos com uma melhor compreensão da sociedade sobre a doença e conhecimento da instituição. A causa tem um forte apelo social, entretanto a instituição estava fechada em torno da comunidade hemofílica (Diretoria) sem a participação da comunidade. Foi criado um Conselho de Administração com caráter deliberativo, inclusive com o papel de indicação da Diretoria.

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
Cartas de agradecimento, processo de prestação de contas formal ao poder publico (faturamento dos procedimentos do SUS, preenchimento de formulários), relatório das atividades, Plano de Aplicação.
- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?
Relatório Anual, avaliação das metas(previsto e alcançado), a cada 6 meses.
- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Com órgãos públicos existem visitas de supervisão dos técnicos da Prefeitura e estado periodicamente (exigência legal). O monitoramento dos recursos e resultados é efetuado pelo Conselho de Administração. Aos doadores da sociedade civil, não é prestado contas dos resultados e aplicação dos recursos.
- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros:

Falta de pessoal capacitado para acompanhamento de forma sistemática da aplicação dos recursos e produtos doados (alimentos material de limpeza) para manutenção da casa. Quanto aos projetos o CA tem mantido uma vigilância e avaliação periódica dos resultados e desenvolvimento dos projetos.

- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sim com a nova forma de gestão e participação de um Conselho de Administração (instância de caráter deliberativo e fiscalizador), na avaliação das metas e resultados.

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?

Sim por exemplo o da Academia:

- *Melhoria do condicionamento físico diminuição da dor e do uso dos fatores de coagulação.*
 - *Significativa redução dos custos com a redução do uso contínuo do fator de coagulação.*
 - *Melhor aceitação das limitações físicas.*
 - *Independência na execução das atividades diárias.*
 - *Motivação para o auto cuidado.*
 - *Mudança do ambiente doméstico, facilitando o convívio.*
 - *Melhor compreensão das famílias sobre os problemas relacionados ao hemofílico e, conseqüente adoção de atitudes positivas.*
 - *Renovação de conceitos e busca de novos horizontes.*
 - *Adaptação à nova realidade.*
 - *Disseminação dos conhecimentos sobre a hemofilia na comunidade.*
 - *Construção de novas amizades.*
 - *Diminuição da dor.*
 - *Motivação para o auto cuidado.*
 - *Melhoria da qualidade de vida.*
- O Plano Estratégico prevê os seguintes indicadores de avaliação de processo e de resultado:*
- *Recursos Financeiros captados por fonte de arrecadação. Número de Empresas e novos parceiros adesos como colaboradores da APH.*
 - *Número de procedimentos realizados na fisioterapia, serviço social, psicologia, educação hospitalar, odontologia e musicoterapia.*
 - *Numero de hóspedes da casa de apoio.*
 - *Número de campanhas e atividades educativas realizadas.*

- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?

Indicadores de processo e de resultado exemplos nas questões acima e na análise comparativa entre as metas previstas e alcançadas em cada Projeto/atividade.

- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?

As doadoras da sociedade civil não, as do poder publico sim (mediante os mecanismos formais: Plano de Aplicação, relatórios de atividades, prestação de contas, preenchimento de modelo específico).

- 6.4 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros:

Falta de cultura em planejamento pelas ONGS. Parece ser uma área abstrata e com dificuldades de inserção na rotina diária das ONGS, pela falta de pessoal capacitado. Por outro lado, a economia também não domina conteúdo sobre as ONGS (seu papel de auxiliar seres humanos) o que muitas vezes tem-se dificuldades de traduzir em números. Existe a falta de domínio de instrumentos de avaliação.

- 6.5 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sim, permitiu maior visibilidade das reais necessidades de recursos e prioridades e criação de alternativas de Projetos Auto Sustentáveis. Ampliação do numero de parceiros (novos adesos) e recursos e fontes de arrecadação. Implantação de Projetos para auto-sutentabilidade (bazar permanente, estúdio fotográfico, captação nas empresas, doações de mercadorias), aumento do número de procedimentos realizados na fisioterapia, serviço social, psicologia, educação hospitalar, odontologia e musicoterapia. ampliação das ações de marketing social.

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ACRIDAS), CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 1.1 Nome: *Associação Cristã de Assistência Social (ACRIDAS).*
- 1.2 Área de atuação: *Assistência Social – Crianças e Adolescentes.*
- 1.3 Endereço: *Rua Eduardo Geronasso, 1872, Bacacheri, Curitiba, Paraná.*
- 1.4 Página na web: *www.acridas.org.br.*
- 1.5 Entrevistado: *Cleuber Mussio de Sousa – Coordenador de Relações Institucionais, comunidade@acridas.org.br.*

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1 Ano de fundação:
1984
- 2.2 Objetivo inicial:
Acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, ou que já tenham sido vítimas de violência doméstica.
- 2.3 Objetivo atual:
Acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, ou que já tenham sido vítimas de violência doméstica.
- 2.4 Instituidores:
Igreja do Cristianismo Decidido.
- 2.5 Estrutura física da organização:
A organização está distribuída na cidade de Curitiba em 5 unidades/projetos diferentes, em alguns casos utiliza instalações pertencentes ao IASP (governamental), em outros casos são instalações próprias, como é o caso da Unidade Central – Aldeia – contando XXX m².
- 2.6 Quadro de diretoria, conselheiros, empregados, terceirizados, voluntários. Evolução e proporção no tempo e atual:
Desde a fundação a ACRIDAS é estruturada com uma diretoria eleita para mandato de 2 anos e um diretor executivo que é o gestor com mandato de 3 anos. O quadro atual de funcionários conta com 74 e 2 estagiários.

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
A ACRIDAS conta com um quadro técnico composto por Psicólogas, Psicopedagoga, Pedagoga e Assistentes Sociais, as quais elaboram os projetos e diretrizes de trabalho de acordo com a necessidade do público alvo.
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
A ACRIDAS trabalha com diversos objetivos:
 - *Reintegração familiar – são elaboradas e realizadas atividades que visam à reintegração da criança/adolescente à sua família de origem;*
 - *Reforço escolar – durante o abrigamento as crianças são assistidas em suas necessidades escolares visando à continuidade e sucesso na educação individual;*
 - *Inserção no mercado de trabalho – são elaboradas e realizadas atividades que visam à inserção dos adolescentes no mercado de trabalho para que o mesmo, ao atingir a maioridade, tenha condições de se desenvolver profissionalmente. Este projeto se chama Independência.*
 - *Apoio familiar – A ACRIDAS mantém uma creche para famílias de baixa renda, onde proporciona cuidado dos filhos para que os pais possam trabalhar.*
- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou?
Sim. Já apresentamos projetos a concursos como o do SERASA, a órgãos governamentais como o COMTIBA e o IASP e a empresas privadas como o Banco HSBC. No concurso do SERASA obtivemos a 1ª colocação no ano de 2003. Para o COMTIBA já foram apresentados projetos de educação infantil, acompanhamento psicológico, manutenção, iniciação profissional, etc. Para o Banco HSBC apresentamos, em 2005, um projeto de escola de informática para as crianças, o qual foi integralmente patrocinado.
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?

No momento, projetos “escritos” e apresentados, nenhum. O trabalho diário da ACRIDAS está andando normalmente.

- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
Por realizarmos uma tarefa do Estado, a ACRIDAS é apoiada pelo mesmo através de uma verba per capita continuamente por criança atendida (verba essa não chega a um terço do custo). A ACRIDAS conta com diversas empresas de pequeno e médio porte que a apóiam com pequenas ações e doações. O projeto da escola de informática tem a vigência de um ano, o valor aprovado foi de R\$ 24.000,00 para aquisição de material e equipamento.
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto?
A escolinha de informática atende a aproximadamente 25 crianças/adolescentes. O projeto Independência contempla apenas os adolescentes maiores de 14 anos, o que hoje representa apenas 7 adolescentes.
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais?
Devido ao caráter de trabalho sob demanda, é difícil prever a necessidade de recursos adicionais, o que é possível é prever qual o custo adicional por criança atendida.
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos?
1º os recursos são usados conforme o direcionamento da fonte. Exemplo convênios governamentais são recursos “carimbados” só podem ser usados conforme plano de aplicação, nos demais casos o doador pode direcionar ou não. 2º Conforme a necessidade: reforma de instalações, alimentação, salários, etc.

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
Dados não disponíveis, não há informações guardadas do período.
- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos? (por telefone, contato direto com as empresas, etc.).
Internet – Desconto na conta de luz – contato direto com empresas e doadores.
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos? (etapas, formulários, etc.)
Em alguns casos realizamos eventos de divulgação e produzimos material “promocional”, mas no geral não há procedimento padronizado.
- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais (empresas/pessoas doadores)?
IASP – HSBC – COPEL – Marburg Mission (Alemanha) – 3D Garage – Weega Comunicação – RIC TV.
- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros.
*Dificuldades: Falta de confiança por parte das empresas/ pessoas. É difícil conseguir apoio em dinheiro, empresas/ pessoas preferem dar material, serviço ou voluntariado a contribuírem financeiramente. A “hipocrisia” é grande, muitos empresários, igreja, pessoas admiram o trabalho desenvolvido, mas não efetivam nenhum tipo de apoio.
Facilidades: A organização tem se profissionalizado, investido em ações de marketing e se tornado mais visível. A organização é ética, honesta e bem organizada isso traz segurança para quem quer apoiar o trabalho. A causa da criança e adolescente é “cativante” e faz com que se torne mais fácil a aproximação a potenciais doadores.*
- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Sim, o processo de captação de recursos vem se aperfeiçoando, a ponto de no ano de 2005 ter contratado um captador de recursos, coisa que até então não havia sido feito pela organização.

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
Ao 1º setor é prestada conta através do Tribunal de Contas, mensalmente. Às empresas / pessoas são montadas prestações de conta próprias com notas fiscais de produtos/serviços prestados apoiados pelas elas.
- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?
São elaborados relatórios periódicos os quais são enviados aos apoiadores conforme as características de cada projeto.
- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Não há tal interação.
- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros.

Não há tal dificuldade, a organização conta com um setor contábil / financeiro onde atuam apenas profissionais graduados em Contabilidade e que gerenciam todos os recursos financeiros bem como prestam conta do uso dos recursos.

- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Sim.

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?
Nem todos. Somos uma organização de trabalho contínuo a maioria dos projetos desenvolvidos visa proporcionar um "lar" às crianças e adolescentes.
- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?
Não se aplica.
- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Não se aplica.
- 6.4 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros.
Não se aplica.
- 6.5 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Não se aplica.

ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA IRMANDADE EVANGÉLICA BETÂNIA (IEB), CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 1.1 Nome: *Irmandade Evangélica Betânia (IEB).*
- 1.2 Área de atuação: *Educação, hospedagem, hotelaria e assistência social.*
- 1.3 Endereço: *Avenida Monteiro Tourinho, Bacacheri, 1335, Curitiba, Paraná.*
- 1.4 Página na web: *www.irmandadebetania.com.br.*
- 1.5 Entrevistado: *Margot Wehr, Gerente de RH, margot@estanciabetania.com.br.*

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1 Ano de fundação:
1980.
- 2.2 Objetivo inicial:
Fundar e manter instituições de assistência social que atendam, dentro de sua capacidade física, financeira e humana, a qualquer cidadão de qualquer faixa etária sem distinção de credo, cor, raça ou categoria social; Exercer atividades pedagógicas e educacionais para todas as faixas etárias desde o Maternal até o Curso Superior, incluindo cursos de formação profissional e técnica de acordo com suas possibilidades e necessidades; Manter, sem fins lucrativos, instituições com serviço de hospedagem e alimentação; Estabelecer Editora, Distribuidora e Livraria; Oferecer atendimento pastoral e psicológico.
- 2.3 Objetivo atual:
Idem anterior.
- 2.4 Instituidores/Mantenedores:
Instituidores: Irmãs diaconisas vindas da Alemanha e Mantenedores: própria IEB.
- 2.5 Estrutura física da organização:
Sede própria, 3000 m2, 07 computadores c/impressoras, uma copiadora, um scanner, todos em bom estado.
- 2.6 Quadro de diretoria:
Presidente, Vice-Presidente, Diretora, Tesoureira e Secretária. Empregados: em torno de 110. Voluntários: 50 incluindo os cooperadores da IEB.

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
Direção da Instituição.
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
Melhorar e ampliar o atendimento assistencial.
- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou? A quem? Foram bem sucedidos?
01 Fia/Estado do Paraná, foi bem sucedido.
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?
Sem resposta.
- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
Objeto, valor, prazo de duração: indeterminado, parceiros: Prefeitura Municipal de Colombo.
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto?
Sem resposta.
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais?
Sem resposta.
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos?
Sem resposta.

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
Não estimado, origem própria.
- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos?
Através de pessoas físicas, empresas e com a rede de amigos da IEB.
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos?

Não.

- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais:

Pessoas físicas internacionais.

- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros.

Sem resposta.

- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sem resposta.

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas”:

Através do Tribunal de Contas do PR.

- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?

O projeto é monitorado, no final do período. São emitidos relatórios finais.

- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes?

Não.

- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros.

Sem resposta.

- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sem resposta.

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?

Sem resposta.

- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?

Sem resposta.

- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados?

Não.

- 6.4 Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?

Sem resposta.

- 6.5 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros.

Não.

- 6.6 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sem resposta.

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LIONS CLUBES (AILC), CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

- 1.1 Nome: *Associação Internacional de Lions Clubes (AILC).*
- 1.2 Área de atuação: *Todas indiscriminadamente.*
- 1.3 Endereço: *Matriz: 300 West 22nd Steet – Oak Brook, Illinois 60523-8842 USA e as suas filiais em quase todos os Estados do Brasil.*
- 1.4 Página na web: *www.lionsclubs.org , www.lions.org.br/distritoldl, www.lions.org.br/rugidovirtual.*
- 1.5 Entrevistado: *Ernesto Martin Barmann, Coordenador Distrital da Campanha SightFirst II.*

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

- 2.1 Ano de fundação:
Internacional: 10 de Outubro de 1.917 – Brasil: 16 de Abril de 1.952 – Sul do Brasil: 23 de Abril de 1.953
- 2.2 Objetivo inicial:
O Leonismo é um Movimento universal composto de homens e mulheres de elevada moral e espiritual e que se propõem, sem fins políticos ou religiosos, motivados a servir desinteressadamente à suas comunidades e aos semelhantes.
- 2.3 Objetivo atual:
Continuar a promover, pelo serviço desinteressado, melhorias no âmbito dos municípios, comunidades, dos países e de todo o mundo, assim como a ajuda e apoio aos menos privilegiados, necessitados e seus semelhantes.
- 2.4 Instituidores/mantenedores:
Lions Clubes Internacionais – Fundação Internacional de Lions Clubes
- 2.5 Estrutura física da organização: (sede própria/alugada, m2, estado dos equipamentos, etc.)
A nível Curitiba: Rua XV de Novembro. 556 – 15º andar Conj. 1501/1503 (sede própria)
- 2.6 Quadro de diretoria, conselheiros, empregados, terceirizados, voluntários. Evolução e proporção no tempo e atual:
Governador – Secretário – Tesoureiro – Presidente do Conselho Consultivo e Planejamento – Assessores – Assistentes – etc.

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
Projeto de cunho internacional: a Matriz – Locais: orientação pela Governadoria e os Clubes com autonomia total, através das suas Diretorias.
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
Múltiplas escolhas e criatividade individual.
- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou? A quem? Foram bem sucedidos?
Incontáveis – as Entidades favorecidas – todas em maior ou menor efetividade.
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?
Muitos, sem registro centralizado.
- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
Variável de caso a caso (temporárias e permanentes)
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto?
Sem limitações.
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais?
Não.
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos?
Variáveis, porém sempre direcionados.

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
Inúmeras fontes de recursos, doações Empresariais, Industriais, pessoais, Campanhas, investimentos, etc.etc.

- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos? (por telefone, contato direto com as empresas, etc.)
Variáveis de acordo com as necessidades e conveniências.
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos? (etapas, formulários, etc.)
Projetos elaborados de acordo com um roteiro pré-estabelecido.
- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais (empresas/pessoas doadores)?
Multiplicidade de opções.
- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros.
Sempre existem dificuldades, inconveniências e complicações para obter recursos!
- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Em função do campo de aplicação, não houve mudança nem a favor nem em contra.

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
Relatórios e planilhas com comprovantes de despesas hábeis e contáveis, mídia, Comissão de Finanças e Auditoria, etc.
- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?
Constante e ininterrupto.
- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Sistemas interligados.
- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros.
Em função do patrulhamento deveria ser fácil, mas como num todo poderá surgir dificuldades ou desvios.
- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Não há condições de individualizar devido às variações de aplicação.

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?
Em todos os projetos.
- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?
Variáveis e mutáveis.
- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados?
Internacionalmente sim - Localmente não.
- 6.4 Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Formulários, relatórios, comprovantes.
- 6.5 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros.
Sempre existem dificuldades de comprovação nas aplicações.
- 6.6 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Não existem condições de avaliação devido a multiplicidade e variação dos projetos de aplicação e beneficiários.

ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (AMAS), CURITIBA, 2006

1 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

1.1 Nome: *Associação Menonita de Assistência Social (AMAS).*

1.2 Área de atuação:

No Estado do Paraná: educação infantil (para crianças de 0 a 6 anos); apoio sócio-educativo em meio aberto (para crianças e adolescentes de 7 a 16 anos); atendimento sócio-familiar das crianças atendidas; apoio a pequenos agricultores.

No Nordeste: formação comunitária; ajuda a pequenos agricultores; construção de casas; construção de cisternas; promoção de paz nas comunidades e famílias; organização de cooperativas agrícolas e catadores de papel e outros.

1.3 Endereço: *Rua Cristiano Strobel, 1630, Xaxim, Curitiba, Paraná.*

1.4 Página na web: *www.amasbrasil.org.br*

1.5 Entrevistado: *Hermann Heinrichs, Presidente, amas@softall.com.br.*

2 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO

2.1 Ano de fundação:

Setembro de 1970.

2.2 Objetivo inicial:

Apoio às famílias carentes através de creches, educação, saúde, promoção de cidadania aos atendidos, ajuda em catástrofes e outros.

2.3 Objetivo atual:

Os mesmos acima mencionados com ênfase em educação infantil e apoio sócio-educativo em meio aberto.

2.4 Instituidores/mantenedores:

A Convenção das Igrejas Menonitas Evangélicas do Brasil, na época formada pelas Igrejas Menonitas de Vila Guaira, Witmarsum e Boqueirão que continuam como mantenedoras.

2.5 Estrutura física da organização: (sede própria/alugada, m², estado dos equipamentos, etc.):

A sede é cedida e ao todo contamos com 1014 m² de área de uso. As instalações são ótimas. (Mantemos 07 projetos no Paraná, sendo: a) um Centro de Educação Infantil, com 250 m², alojando 105 crianças de 0 a 6 anos, o prédio é cedido pela Prefeitura de Curitiba e fica localizado na Vila Galeano, Pilarzinho, Curitiba; b) um Centro de Educação Infantil no bairro Pinheirinho, com 220 crianças de 0 a 6 anos, o prédio mede aproximadamente 480 m² e foi cedido pela Prefeitura de Curitiba; c) No bairro Xaxim mantemos um projeto com 75 crianças de 4 a 6 anos, em pré-escola e 42 crianças no regime de apoio sócio-educativo aberto. As instalações são próprias e medem aproximadamente 400 m². d) No município da Lapa a AMAS mantém um Centro de Educação Infantil, medindo aproximadamente 200 m², com 76 crianças matriculadas com 0 a 6 anos de idade. As instalações pertencem à Igreja Irmãos Menonitas que cederam as mesmas para a AMAS; e) Em Porto Amazonas a AMAS mantém um projeto, atendendo 60 crianças de 0 a 6 anos em Educação Infantil e 60 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos em regime de apoio sócio-educativo em meio aberto. As instalações medem aproximadamente 450 m², as instalações são próprias; f) O maior projeto da AMAS se localiza no município de Palmeira, onde atendemos 272 crianças, de 0 a 16 anos de idade em educação infantil e apoio sócio-educativo em meio aberto, as instalações são próprias e medem aproximadamente 1200 m²; g) Cercado fica localizado no interior do município de Palmeira. Nesta localidade a AMAS mantém um trabalho de apoio a pequenos agricultores e atende as crianças escolares, dando reforço escolar e de alimentação. As instalações de 2 casas, e uma ampla sede, medem aproximadamente 450 m²; h) No Nordeste, a AMAS conta com uma sede como ponto de partida para os trabalhos realizados na região, medindo aproximadamente 250 m².

2.6 Quadro de diretoria, conselheiros, empregados, terceirizados, voluntários. Evolução e proporção no tempo e atual:

Ver Notas Explicativas e material de divulgação da instituição (AMAS, 2006a e 2006b). As três Igrejas Mantenedoras elegem a cada triênio seis pessoas como delegados de cada Igreja (que totalizam 18 pessoas) que forma a Assembléia Geral. A Assembléia elege a Diretoria Executiva (Presidente, Tesoureiro e Secretário), o Conselho Fiscal e seus suplentes (total 16 pessoas), sobrando assim 9 pessoas que formam juntamente com a Diretoria o Conselho Deliberativo. É muito importante mencionar o Comitê feminino, que se reúne juntamente com o Conselho Deliberativo com momentos de reuniões separadas, para buscar formas de apoio aos trabalhos realizados nos projetos. Todas as pessoas até aqui mencionadas são Voluntários sem qualquer tipo de remuneração. A AMAS totaliza atualmente 138 funcionários e mais 15

voluntários vindos da Suíça, Alemanha e Estados Unidos. Empregados e Voluntários trabalham em período integral.

3 PROJETOS

- 3.1 Quem elabora os projetos da ONG?
Os projetos da entidade são elaborados pelos coordenadores de cada projeto local e pela equipe de administração central.
- 3.2 Com qual objetivo se elaboram projetos?
Obtenção de verbas para poder ajudar terceiros, ou melhor, a clientela atendida. Ou ainda para fazer melhorias consertos e/ou ampliações nas benfeitorias da entidade.
- 3.3 Quantos projetos a organização já apresentou? A quem? Foram bem sucedidos?
Vide Notas Explicativas.
- 3.4 Quantos projetos estão vigentes?
Vide Notas Explicativas.
- 3.5 Objeto, valor, prazo de duração, parceiros/patrocinadores/apoiadores de cada um dos projetos vigentes.
Sem resposta.
- 3.6 Quantas pessoas são atendidas por projeto?
Vide questão 2.5.
- 3.7 É possível prever que o projeto necessitará de recursos adicionais?
Sem resposta.
- 3.8 Quais os critérios utilizados para o direcionamento dos recursos?
Sem resposta.

4 OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 Qual o montante e a origem dos recursos iniciais necessários para a criação da organização?
Sem resposta.
- 4.2 Quais os instrumentos que a organização usa para mobilizar recursos? (por telefone, contato direto com as empresas, etc.):
Por meio de divulgação. No caso da AMAS a maioria dos projetos é contínua. Há 35 anos mantemos parcerias na Alemanha, Holanda e Suíça que são ONGs, Igrejas e pessoas físicas, que assumiram o apadrinhamento de crianças, como ajuda ininterrupta aos projetos em execução. Isto significa que cada pessoa que assume um apadrinhamento, deposita mensalmente a quantia prometida inicialmente numa conta especial para este fim, mantida pela ONG ou por alguma Igreja.
- 4.3 Existe um procedimento específico para solicitação dos recursos? (etapas, formulários, etc.).
Vide Notas Explicativas.
- 4.4 Quais os principais parceiros nacionais e internacionais (empresas/pessoas doadores)?
KNH, IMO.
- 4.5 Facilidades/dificuldades encontradas na obtenção de recursos financeiros.
Sem resposta.
- 4.6 O processo de mobilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?
Sem resposta.

5 MONITORAMENTO DOS RECURSOS

- 5.1 Quais os canais utilizados para “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
Como prestação de contas, cada pessoa recebe anualmente pelo menos uma carta da criança apadrinhada e um relatório por escrito sobre a mesma pela entidade. A ONG ou a Igreja mantenedora da conta corrente no banco recebe um relatório global das atividades e outro relatório financeiro sobre todo o desenvolvimento da AMAS. Vide Notas Explicativas.
- 5.2 O projeto é monitorado? Com qual periodicidade? São emitidos relatórios parciais aos apoiadores/patrocinadores/parceiros?
Sem resposta.
- 5.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de monitoramento dos recursos e avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?
Sem resposta.
- 5.4 Facilidades/dificuldades encontradas no monitoramento da utilização de recursos financeiros.
Sem resposta.

- 5.5 O processo de monitoramento de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sem resposta

6 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1 Os projetos prevêem metas quantificáveis/qualificáveis?

Sem resposta.

- 6.2 Qual (is) critério (s) será (ao) utilizado (s) para medir os resultados?

Sem resposta.

- 6.3 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via formulários e relatórios?

Sem resposta.

- 6.4 Facilidades/dificuldades encontradas na avaliação dos resultados da utilização de recursos financeiros.

Sem resposta.

- 6.5 O processo de avaliação da utilização de recursos melhorou com a experiência vivenciada pela ONG em projetos anteriores? Em quais aspectos melhorou e em quais não melhorou?

Sem resposta.

ANEXO 8 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR LUIGI BLANK, CURITIBA, 2006

1 PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1.1 Nome: Luigi Blank
- 1.2 Áreas de atuação: Atualmente a área de sua atuação está voltada somente para APH, mas sua idéia é atuar com crianças. Sua opinião é de que, como as crianças representam o futuro, nada melhor do que investir nas crianças. Também acha mais fácil trabalhar com crianças do que com adultos. Acha fundamental o investimento na educação das crianças porque educação é fundamental para a formação do cidadão de amanhã. Também acha importante o cuidado com as saúde das crianças. Só será possível fornecer educação para crianças que tenham saúde. Sua idéia principal é trabalhar com educação de crianças deficientes e abandonadas sob o sistema de apadrinhamento. Em sua opinião mais importante que a quantidade é a qualidade dos serviços prestados. Por exemplo: é melhor apadrinhar uma criança até que ela conclua o ensino superior do que ajudar várias crianças por pouco tempo. O resultado será mais proveitoso.
- 1.3 Endereço: Rua Júlio Wischral, 919, Curitiba, Paraná.
- 1.4 E-mail: luigi.blank@formabrasil.com.br.
- 1.5 Histórico: O Sr. Luigi Blank trabalhava como Gestor Financeiro da RICHEMONT INTERNACIONAL SA, em Genebra, Suíça. Casado com uma brasileira resolveu procurar no Brasil uma cidade para fixarem residência após sua aposentadoria. Conheceu Curitiba pela Internet e, em janeiro de 2003 compraram uma residência em Curitiba. Sua aposentadoria estava programada para meados de 2006, mas a idéia era que sua esposa e os dois filhos mudassem no final de 2005. A idéia de fazer algum tipo de trabalho social aqui no Brasil já era antiga, mas com a aproximação da mudança o Sr. Luigi começou a pensar como e em que área atuaria. Sua intenção sempre foi de trabalhar para as crianças. No segundo semestre de 2004 descobriu que seus dois filhos, então com sete e cinco anos, eram portadores de hemofilia. Também através da Internet descobriu que em Curitiba existia a APH. Foi então que decidiu que a primeira instituição que iria ajudar era esta. O Sr. Luigi aposentou-se no final de junho de 2006, quando veio definitivamente morar no Brasil, mas desde o primeiro semestre de 2005 estava trabalhando na mobilização de pessoas/empresas na Europa que seriam possíveis doadores futuros. O Sr. Luigi, junto com outras pessoas de sua confiança, abriram uma conta bancária conjunta na Suíça, para receber os recursos doados. Em breve ele pretende criar uma associação aqui no Brasil para fazer a internalização e gestão dos recursos doados lá fora. Hoje o Sr. Luigi faz parte do Conselho de Administração da APH, que atualmente passa por uma reestruturação administrativo/financeira. O Sr. Luigi já conseguiu mais de R\$ 70.000,00 de doação para a APH que encontrava-se e ainda se encontra com bastante dívidas. Uma vez criada a Associação o Sr. Luigi pretende diversificar a distribuição das doações recebidas da Europa, procurando sempre aplicá-las com crianças.

2 O PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- 2.1 Existem projetos com maior facilidade de atrair recursos do que outros?
Depende de cada caso. No caso de pessoa física depende da sensibilidade que cada projeto vai despertar no propenso doador. Em alguns casos também conta a experiência pessoal (família, amigo...) já vivida por esse propenso doador, por ex: deficiência visual... Ele cita como exemplo de sensibilidade o caso da onda gigante que destruiu a Indonésia: segundo ele, as doações enviadas pela Europa eram tantas, que depois de um certo tempo não tinha mais onde aplicá-las, porque foi doado mais do que o necessário. No caso de empresas também conta a sensibilidade. De um modo geral, as empresas européias, além de serem "cobradas", sentem certa obrigação com a responsabilidade social. Principalmente empresas e bancos que alcançam altíssimos lucros sentem a obrigação de fazer doações. Por parte das empresas, segundo o Sr. Luigi, a tendência é a canalização das doações para projetos voltados para a natureza/meio ambiente. Na visão de muitos empresários europeus o mais importante do que problemas sociais é a sobrevivência do planeta.
- 2.2 Quais os instrumentos mais utilizados para mobilizar recursos financeiros, no exterior?
Para empresas basicamente através da apresentação de projetos. Para pessoas físicas normalmente através da realização de eventos ou através dos meios de comunicações (jornais, TV...).
- 2.3 Existem procedimentos específicos para solicitação de recursos?
O mais importante continua sendo o projeto aliado com os interesses da empresa. O que determinado projeto trará de benefício, por exemplo, para a publicidade da empresa. A próxima doação depende muito do sucesso do projeto e do resultado que este projeto trouxe para a empresa. Também é importante saber qual é a principal preocupação social da empresa a ser abordada, se é com o meio ambiente,...
- 2.4 2.4 – Quais fatores podem tornar o processo de captação de recursos financeiros mais fácil?

Credibilidade de quem pede, profissionalismo no projeto apresentado, expectativa de sucesso na execução do projeto apresentado.

- 2.5 Quais fatores podem tornar o processo de captação de recursos financeiros mais difícil?
Falta de profissionalismo na apresentação do projeto, desconfiança de que o dinheiro realmente vai ou não ser aplicado para o fim proposto, qual porcentagem da doação vai ser aplicada diretamente em determinada ação (uma grande preocupação dos doadores são os custos administrativos com os projetos que geralmente são altos e eles acham que deveria ser baixos). Outro grande atrapalho para futuras doações é a falta de retorno por parte da instituição que recebe as doações (falta de apresentação dos resultados obtidos com o projeto que a empresa foi doadora).
- 2.6 Existem diferenças entre o processo de captação de recursos de parceiros no Brasil e de parceiros no exterior, em termos de dificuldades, exigências, etc.?
Apesar de ainda não conhecer os métodos/resultados da captação de recursos no Brasil, o Sr. Luigi acredita ser mais fácil a captação de recursos na Europa, primeiro por existirem lá maior nº. de empresas/pessoa com situação financeira que possibilite a doação e segundo que ele acha que os próprios brasileiros tem maior desconfiança no que diz respeito ao emprego/destinação das doações feitas às ONGs/OSFL aqui no Brasil.
- 2.7 É possível perceber se as organizações no Brasil têm melhorado o processo de mobilização de recursos, com base na experiência vivenciada em projetos anteriores?
O Sr. Luigi diz não ter ainda informações para responder essa pergunta. Porém, ele afirma que o grande segredo para o sucesso de uma associação (ONG, OSFL...) na realização/execução de um projeto, é que essa associação seja gerida/administrada como uma empresa.
- 2.8 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere à mobilização de recursos?
Sim, especialmente no sul do Brasil, onde as pessoas parecem ser mais confiáveis e honestas e transmitem maior credibilidade. Segundo o Sr. Luigi, apesar dos escândalos políticos e de corrupção, o povo brasileiro transmite bastante simpatia para o exterior, despertando a sensibilidade. Segundo ele, a Europa acredita que, baseado no que vem acontecendo nos últimos dez anos, o Brasil caminha para o crescimento com desenvolvimento e que, no futuro, será uma potencia mundial.

3 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E O MONITORAMENTO DO PROJETO

- 3.1 Os parceiros doadores observam se as organizações possuem mecanismos sérios de monitoramento dos recursos como elemento de seleção de projetos?
Sem dúvidas.
- 3.2 Quais os instrumentos são frequentemente exigidos pelos doadores para a organização “prestar contas” aos parceiros doadores e à sociedade?
Não há uma exigência formal. Porém se não houver essa “prestação de contas” a organização perderá a credibilidade porque o doador não saberá os resultados obtidos com o projeto. Um resumido relatório com demonstrativo de resultados é suficiente. Novamente o Sr. Luigi salienta que quanto menor o custo administrativo, melhor e mais atraente será visto o projeto. Também é muito importante mostrar para os doadores que existe um mecanismo de monitoramento.
- 3.3 As instituições/pessoas doadoras no exterior interagem no processo de monitoramento dos recursos? Como? Há participação direta desses agentes? Ou é via preenchimento de formulários e relatórios?
Não há participação direta. Basicamente é feito com a apresentação de resultados via relatórios. O Sr. Luigi diz achar interessante (e ele pretende fazer em breve), a promoção de um evento com a presença dos doadores para que possam ver os resultados. Com certeza isso seria uma maneira de angariar novos parceiros/doadores.
- 3.4 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere ao monitoramento dos recursos?
Sim, está melhorando consideravelmente. A credibilidade do Brasil vem crescendo.

4 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A AVALIAÇÃO DO PROJETO

- 4.1 Os parceiros doadores consideram as metas (quantificáveis/qualificáveis) e os critérios de avaliação dos resultados como elementos importantes para seleção do projeto?
Sim, o mais importante é a qualidade na avaliação dos resultados. Como existem muitas organizações destinadas ao trabalho social, a qualidade apresentada em projetos anteriores se torna fundamental.

- 4.2 As instituições/pessoas doadoras interagem no processo de avaliação dos resultados? Como? Há participação direta desses agentes? As organizações recebem visitas dos doadores? Ou é via preenchimento de formulários e relatórios?

Ainda é via relatórios. Dificilmente acontece essa visita. Mas ele acha bastante importante se fazer um evento e convidar os parceiros/doadores para conhecerem os resultados. Segundo ele, diretores da Mont Blanc já demonstraram esse interesse de visitar e conferir os resultados.

- 4.3 É possível afirmar que há uma tendência de profissionalização das organizações, no Brasil, no que se refere à avaliação dos resultados dos projetos? E no exterior?

No exterior, sem dúvidas. No Brasil, não sabe responder.

Depois de terminada a entrevista o Sr. Luigi acrescentou que há certa preferência por parte dos doadores, em fazer a doação à uma ONG no exterior (ONG internacional) e essa distribuir para instituições de outros países. Assim essa ONG internacional fica encarregada de fazer a fiscalização/monitoramento dos recursos.